

PESSOAS LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Director: Samuel Thirlon

Distribuição Gratuita | Outubro | Nº 1



3 a 5 Actividades da Célula ■ 6/7 Por amor à terra e contra a corrente. *Reportagem*
10/11 Animar a Rede ■ 15 a 18 Actividades da Rede ■ 19 O LEADER na Irlanda

20 SOMOS TODOS TIMORENSES!

a abrir...



Foto: Francisco Botelho.

À medida que nos aproximamos do fim do LEADER II e do lançamento da nova iniciativa LEADER + e, também, na altura que se prepara o novo Quadro Comunitário de Apoio, há vários assuntos que preocupam as Associações de Desenvolvimento Local e vários temas que são de actualidade.

Por um lado, **a nível nacional**, tirar os ensinamentos do LEADER II para as futuras políticas de desenvolvimento rural é um tema que foi largamente abordado nos últimos meses. Nomeadamente, foi objecto de um grupo de trabalho que produziu um documento comum apresentado pelos grupos LEADER (ver o número 0 do jornal).

Por outro lado, **a nível local**, é altura de fazer a avaliação do que foi o LEADER, o que se ganhou com ele e quais são os ensinamentos para o futuro. Neste sentido, quatro ADL do Centro de Portugal (ADD, ADDLAP, ADICES e AD-ELO) aceitaram o desafio de um processo de auto-avaliação, que irá ser realizado no quadro da primeira acção de formação da Célula, de 20 a 22 de Setembro e que poderá ser objecto de um seminário nos próximos meses.

Também a nível local, é altura de reflectir sobre novos instrumentos financeiros que possam alargar e consolidar a actuação do LEADER. Embora o LEADER I e o LEADER II se tenham limitado, quase exclusivamente, a subvenções, existem muitas outras formas possíveis de financiamento (créditos, fundos de garantia, capital risco, etc.), e alguns grupos LEADER II de outros países já ensaiaram soluções inovadoras a este respeito. Para aproveitar da sua experiência e descobrir o que já se faz em Portugal, pensamos organizar um seminário sobre o tema nos dias 19 a 21 de Outubro de 1999.

Outros temas de actualidade dizem respeito **à articulação entre o local e o nacional**. É o caso, por exemplo, da arti-

culação dos programas e financiamentos a nível local, tema que foi abordado durante a Mostra do Mundo Rural. Este seminário levou a algumas conclusões que são essenciais para o futuro e que publicamos nas páginas deste número.

Finalmente **a articulação entre o nível local e o nível regional** é outro assunto de importância hoje em dia. Algumas associações de desenvolvimento local têm manifestado a sua preocupação sobre este assunto. Daí que tenhamos enviado um questionário às ADL com a ideia de produzir um dossier sobre o tema, que seria publicado neste número. Uma vez que recebemos ainda poucas respostas das ADL, dado atravessarmos um período de férias,

decidimos alargar o prazo das respostas de maneira a permitir uma análise mais abrangente e cuidadosa, pelo que o dossier será publicado num dos próximos números do jornal.

Há, pois, uma série de temas chave que focalizam as atenções e vão ser ainda objecto de debates intensos nos próximos meses. O Jornal poderá ser um instrumento valioso para facilitar estes debates e fazer circular a informação.

No entanto o jornal de ligação da rede não pretende ser só uma plataforma de debate e de intercâmbios de ideias. Também pretende reflectir o que se passa no terreno. A este respeito, o número 0, apesar de ter sido de uma maneira geral muito bem acolhido e apreciado, foi considerado por várias pessoas como demasiado institucional. Se isso era um pouco inevitável num número 0 de lançamento, não corresponde à natureza que se quer dar a este jornal. Um jornal que se chama "Pessoas e Lugares" pretende antes de tudo, falar das pessoas e lugares ligados ao mundo rural e dar visibilidade ao florescimento de ideias e iniciativas que surgem no mundo rural de hoje.

Por isso, neste número, tentamos dar mais importância ao conhecimento das pessoas e lugares do Mundo Rural. No entanto, até agora, as iniciativas, projectos ou pessoas apresentados têm sido identificados essencialmente pela equipa da Célula. Apelamos, portanto, a todas as ADL para que nos comuniquem as acções, iniciativas, eventos, etc. que acham que teria todo o interesse ser divulgadas a nível nacional e também que não hesitem em nos comunicar as suas opiniões, pensamentos, etc. para que, pouco a pouco, o jornal de ligação da rede se torna verdadeiramente o jornal da rede.

Samuel Thirion

ainda o número 0

Um número 0 é sempre um número experimental e envolve, por isso, uma maior benevolência de todos. No meio do voluntarismo com que o número 0 do "Pessoas e Lugares" foi feito, para coincidir com a realização da Mostra do Mundo Rural, as gralhas e as incorrecções foram muitas.

De todas nos queremos penitenciar, das mais graves queremos aqui deixar uma nota especial.

A entrevista com o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural surgiu truncada num parágrafo. Mal menor, se atendermos a que parte do parágrafo não transcrito foi utilizado num destaque da publicação. Mais grave foi ver um desses destaques subscrito por Gilda Farrell, quando se tratava de declarações do Eng. Vítor Barros. As nossas desculpas a ambos.

O número 0 de "Pessoas e Lugares" quase não assinalou a autoria dos textos e das fotos. O que, em algumas situ-

ações, consideramos grave. Assim, o texto sobre o "Desenvolvimento do LEADER e do PRODER em Espanha" é da responsabilidade da Unidade Espanhola do Observatório Europeu, que acedeu a colaborar connosco neste projecto de divulgar os LEADER da Europa. Embora tardio, aqui fica o nosso Bem Hajam! O texto sobre a "Feira Cuba LEADER 99" é uma colaboração do José Godinho e da Associação Terras Dentro. A rubrica "Preconceitos e Conceitos", que mantemos neste número, é da responsabilidade de Camilo Mortágua.

Na ficha técnica do Jornal, para além de trocarmos o nome do Jornal, trocámos também o nome de uma das nossas colaboradoras. A jornalista da Célula chama-se Paula Santos e não Paula Soares como ali foi escrito. E esta correcção é tanto mais necessária quanto o facto de lhe pertencer um número significativo de fotografias, designadamente todas as que foram publicadas no suplemento sobre a Mostra do Mundo Rural.



estatuto editorial

Pessoas e Lugares

O Jornal da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II tem por objectivos fundamentais:

1. - Ligar entre si e dar visibilidade às actividades desenvolvidas pelos 48 Grupos de Acção Local (GALs) que executam o Programa LEADER em Portugal.
2. - Recolher, organizar, tratar e difundir de forma interactiva todas as informações úteis ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais e à informação e valorização de todos quantos nessa perspectiva trabalham.
3. - Progressivamente contribuir para a defesa e valorização da "imagem" e dos valores fundamentais que dão substância à **ruralidade portuguesa** em todas as suas vertentes.
4. - Desenvolver e estimular a reflexão e a participação de todos os que possam concorrer para diminuir desigualdades e descobrir complementaridades que contribuam para uma maior coesão social no País, na Europa e no Mundo.
5. - Defender com estrita neutralidade político-partidária os princípios e fundamentos do Desenvolvimento Local em meio Rural, trabalhado em amplas parcerias locais, mobilizadoras da participação das populações nos processos de desenvolvimento das suas Comunidades e Territórios.

A nossa ambição e vontade de bem fazer será condicionada; no tempo, no modo e nos resultados, pelas limitações das nossas próprias capacidades e competências, pelas participações e dinâmicas que soubermos suscitar e pelas condições materiais que forem existindo.

Actividades da Célula

Depois das férias, e já nas novas instalações, a Célula de Animação Leader II agendou para o mês de Setembro, dois Encontros de Proximidade, a 2ª Oficina de Troca de Experiências e a 1ª Acção de Formação. Para Outubro também já há actividades programadas.

Encontro de Proximidade do Minho



Foto: Paula Santos

Realizou-se nos dias 6, 7 e 8 de Setembro, na sede da ATAHCA, em Vila Verde, o 6º Encontro de Proximidade, envolvendo os grupos ADRIMINHO, ADRIL, ATAHCA e SOL-DO-AVE.

Conforme tem vindo a acontecer, a Célula de Animação reservou os dois primeiros dias para visitar os grupos nas suas sedes, estabelecendo assim um primeiro contacto com o espaço e ambiente de trabalho de cada GAL.

No Encontro de Proximidade, para além dos técnicos da Célula de Animação estiveram presentes elementos das direcções das equipas envolvidas e outros intervenientes no desenvolvimento local.

Neste Encontro de Proximidade foram discutidos aspectos da intervenção dos Grupos e referidas as acções que estes constituem como as mais exemplares, no sentido positivo e negativo. São estes exemplos que irão proporcionar a realização de uma futura Oficina de Troca de Experiências, a anunciar futuramente.

Encontro de Proximidade de Trás-os-Montes / Raia



Foto: Paula Santos

Chamam-lhe "Terra Fria" mas talvez "terra quente" fosse mais apropriado, pelo menos nalguns dias do ano. Esta foi a primeira conclusão a que chegou a Célula de Animação durante a realização do 5º Encontro de Proximidade.

Em visita às associações CORANE (Associação para o Desenvolvimento dos Concelhos da raia Nordestina), DOURO SUPERIOR (Associação de Desenvolvimento), e RAIÁ HISTÓRICA (Associação de Desenvolvimento Raia Histórica), a Célula de Animação "registou" temperaturas que muito contradizem aquela designação regional. Temperaturas que talvez não voltemos a sentir noutro lugar, nem mesmo no Alentejo.

De Lisboa a Bragança, onde está sediada a CORANE, foi um instante, graças às novas vias rodoviárias; depois, rumo a Moncorvo ou Torre de Moncorvo, sede da DOURO SUPERIOR, e finalmente, com uma temperatura mais amena, até Trancoso, casa da RAIÁ HISTÓRICA.

Realizado nas instalações da DOURO SUPERIOR, este encontro contou com a presença de 13 pessoas, entre coordenadores, técnicos dos GAL, e técnicos da Célula de Animação.

Depois da apresentação e troca de ideias sobre as experiências que cada uma das associações pretende levar à Oficina de Troca de Experiências, a realizar nos dias 4 e 5 de Novembro, só ficou por decidir o local.

Exposição LEADER



Foto: Paula Santos

A Exposição LEADER foi inaugurada na Mostra do Mundo Rural em Lisboa, que decorreu na FIL de 3 a 11 de Julho, integrando a área institucional do certame.

Preparada especificamente para aquela iniciativa, a exposição consta de 12 painéis subordinados a três temas: "o que é o LEADER", "os ensinamentos do LEADER" e "o futuro" e foi pensada de molde a integrar a futura Exposição Itinerante LEADER, uma das propostas do caderno de encargos da Célula. Assim, e em articulação com as Entidades Gestoras do Programa, a Célula de Animação irá conceber os restantes painéis, representativos das diferentes zonas de intervenção. Depois de completada, a sua itinerância será discutida e articulada com todas as equipas, de molde a proporcionar a apresentação em todo o País.

De qualquer modo, e enquanto não é completada, admite-se a possibilidade de os 12 painéis existentes poderem ser utilizados em iniciativas ligadas ao Programa LEADER e ao desenvolvimento local em meio rural.



Foto: Paula Santos

Definitivamente instalada na Rua Marquesa de Alorna, em Alvalade, a Célula de Animação aproveitou o mês de Agosto para começar a organizar, estruturar e sistematizar toda a informação recolhida nos Encontros de Proximidade já realizados. O objectivo é construir a Base de Dados e operacionalizar o Fundo de Documentação.

O andar que a Célula de Animação passou a ocupar situa-se na zona de Alvalade, com acesso fácil para quem se desloca de fora de Lisboa. Lugares de estacionamento existem, infelizmente todos pagos.

Novas Instalações

O pessoal da Célula está instalado em quatro gabinetes de trabalho, existindo ainda uma Sala de Reuniões que poderá receber um máximo de 10 pessoas. É esta Sala de Reuniões que a Célula, desde já, coloca à disposição dos Grupos LEADER sempre que dela tiverem necessidade nas suas deslocações a Lisboa. E com ela a possibilidade de utilizarem no seu trabalho telefone, fax, bem como acederem à Internet. Será também o local onde se poderá aceder à documentação do LEADER, logo que ela esteja devidamente organizada.

Esperamos que nos visitem.

Os novos contactos são:
R. Marquesa de Alorna, 34 – 2º Esqº
1700-304 LISBOA
Telefone: (01) 844 65 95
Fax: (01) 844 66 23
Correio electrónico: caleader@inde.pt

Seminário sobre "A articulação local dos financiamentos nacionais e europeus."

Decorreu durante no Mostra do Mundo Rural, entre 7 e 9 de Julho, o primeiro Seminário da Célula de Animação sobre o tema da articulação local dos financiamentos nacionais e europeus. Apesar da ausência dos coordenadores dos GAL (a participarem na reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento nos Açores), houve um participação bastante boa, essencialmente de técnicos do GAL e os debates foram ricos, levando a conclusões com grandes implicações, dada a importância do tema. E o que se pretendia, essencialmente, era que o seminário fosse um ponto de partida de uma reflexão futura sobre este tema.

Com essa preocupação publicamos aqui as conclusões do seminário (que já tinham sido divulgadas no fim do seminário), convidando os grupos LEADER a dar a sua opinião sobre estas conclusões, para que o debate iniciado durante a Mostra possa continuar e enriquecer-se no futuro.

P.S.: Toda a documentação dizendo respeito ao seminário está disponível na Célula de Animação e à disposição de quem quiser obter uma cópia.

Seminário sobre "A articulação local dos financiamentos nacionais e europeus." | 7 a 9 de Julho de 1999
(no decurso da Mostra do Mundo Rural)

Síntese das conclusões



Foto: Paula Santos

O seminário sobre a **articulação local dos diferentes instrumentos (programas) de financiamento, nacionais e europeus aplicáveis ao Desenvolvimento Rural**, realizado durante a Mostra do Mundo Rural em Lisboa, foi a primeira reacção da Célula de Animação às experiências relatadas por todos os grupos LEADER que até ao momento tiveram a oportunidade de participar nos "encontros de proximidade".

Destes encontros, das discussões do grupo de trabalho sobre "o contributo do LEADER para uma política Nacional de Desenvolvimento Rural", mas também dos contactos dispersos e ocasionais que preenchem o dia a dia do nosso trabalho, de todos esses relatos de experiências e casos, resulta a convicção de que:

- Alguns grupos conseguiram montar cenários operativos, em que vários programas concorrem para o financiamento de distintas fases, ou componentes, daquilo que poderia ser um único projecto, ou um encadeado e coerente processo de desenvolvimento.
- Isso só tem sido possível graças à determinação com que esses grupos "fizeram da necessidade a musa inspiradora do engenho" para articular e compatibilizar programas e regulamentos pensados e estruturados para aplicações segmentadas, verticais, sem "nós" ou pontos de adaptação aos diferentes níveis da sua aplicação, do Central ao Local, passando pelo "regional" ou supra local de acordo com as circunstâncias.

De salientar que as preocupações e sugestões manifestadas, não foram nunca no sentido de melhorar ou corrigir este ou aquele Programa. O que todos desejam é que todos os programas futuros permitam intervenções territorializadas, coordenadas também localmente, de forma a otimizar o aproveitamento de todos os recursos e meios disponíveis, numa perspectiva de cooperação intra e inter-territorial, de dinâmica ascendente e solidária.

O seminário realizou-se com uma participação relativamente boa apesar da ausência dos coordenadores dos GAL (a participarem na reunião da Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa LEADER, nos Açores). Ao longo dos três dias, contribuíram para os debates e apresentação de casos, técnicos de 20 ADL, além de dois representantes do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas. A participação no Seminário de Javier Urbiola da Célula de Animação LEADER espanhola e de Gilda Farrell co-directora do Observatório Europeu LEADER, permitiu dar uma dimensão internacional às reflexões sobre o tema.

O seminário ficou longe de esgotar o tema mas abriu importantes pistas de reflexão para o futuro das ADL e do desenvolvimento rural. Por isso, ficou decidido que as conclusões do seminário seriam apresentadas ao conjunto das ADL para permitir a continuidade da reflexão colectiva sobre o tema.

As principais conclusões são as seguintes:

1 → Os efeitos positivos e as dificuldades

A articulação de diversos financiamentos e programas teve efeitos positivos a nível:

- dos projectos
- das Associações de Desenvolvimento Local (ADL)
- dos territórios rurais

a) **Ao nível dos projectos:** permitiu potencializar os projectos, associando a flexibilidade do LEADER e sua proximidade do terreno à "normalidade" de outros programas. Foram apresentados muitos exemplos neste sentido (ver o documento técnico de apoio aos debates distribuído no seminário).

No entanto existem problemas de coordenação (de decisões, prazos, zonas de intervenção) e de adequação de metodologias (inadequação em relação ao tipo de pessoas com quem o LEADER trabalha; inadequação a uma abordagem territorial).

b) **Ao nível das ADL:** permitiu reforçar as equipas e as próprias ADL, criando a oportunidade — para quem quis e soube aproveitar — de aprender, na prática, como se faz a ligação entre acções de desenvolvimento da economia rural, fundamento e razão de ser do próprio programa

No entanto existe ainda muita precariedade nas equipas. Por exemplo para muitos técnicos a sua ligação às ADL fica sujeita à duração do programa a que estão afectados.

c) **Ao nível dos territórios rurais:** permitiu alargar a metodologia da abordagem territorial a outros sectores

No entanto, continuam a existir muitas formas sectoriais de intervenção

2 → As recomendações para o futuro

Nota importante: as recomendações para o futuro resultantes do Seminário devem ser consideradas como contributos para a definição consensualizada de objectivos a atingir a prazo, através de um processo que levará o seu tempo. Por enquanto, pode constituir uma base de reflexão comum entre as ADL e a Administração Pública ligada ao desenvolvimento rural.

Após uma reflexão mais alargada, podem servir de referência comum na concepção e aplicação de uma política consensualizada de Desenvolvimento Rural.

As recomendações dizem respeito a quatro níveis:

a) Ao nível das ADL

Dar um salto no processo de afirmação e consolidação das ADL como motores do desenvolvimento local em meio rural, o que supõe:

- desenvolver um outro posicionamento das ADL em relação aos seus técnicos. Passar do "técnico de programa" ao "técnico da ADL", o que implica também, formação inicial e contínua, maior e melhor participação nas responsabilidades;
- diversificar as formas de ligação dos técnicos às ADL;
- "os técnicos de uma ADL devem trabalhar exclusivamente para desenvolver os outros ou também para se desenvolverem a si próprios?";
- Os técnicos e as Associações devem privilegiar apenas a consolidação da estrutura técnica da Associação, ou valorizar também uma dinâmica "de dentro para fora" na qual a própria Associação assume o papel de "incubadora de empresários" (uma espécie de escola prática e permanentemente renovada de agentes activos do Desenvolvimento Local), exercendo a sua actividade dentro ou fora da Associação (ligados à Associação de uma forma ou de outra)?;
- diversificar as fontes de financiamento, inclusivamente venda de serviços, cooperação externa, etc. para não ficar dependente unicamente dos fundos públicos dos programas nacionais e europeus.

b) Ao nível dos territórios rurais

Dar um salto na integração dos diversos sectores que intervmem no desenvolvimento rural, graças à constituição, ao nível de cada território rural, com limites pré-consensualizados, de um fórum, no qual participariam todos os actores públicos e privados (Câmaras Municipais; serviços descentralizados dos diversos Ministérios: Educação, Saúde, Turismo, Agricultura, etc.; ADL; outras associações, etc.) para a concepção de um Programa Global de Acção. Este Programa Global de Acção, que deveria ter força de lei local, integraria todas as intervenções neste território, repartidas por programas, financiamentos e responsabilidades diferentes.

As ADL além de terem a responsabilidade da realização da parte que lhes compete dentro deste Programa Global de Acção, deveriam assumir um papel motor/dinamizador deste processo, valorizando a nível mais amplo o seu saber-fazer, decorrente das práticas de aplicação de uma metodologia de tipo LEADER.

c) Ao nível da Administração Central

Para que isso seja possível é conveniente que a nível central:

- por um lado, as políticas sectoriais não sejam definidas de maneira puramente uniforme mas permitam adaptações a nível local em função da situação particular de cada território;
- por outro lado, que exista uma coordenação interministerial capaz de dar coerência e enquadrar uma política geral de desenvolvimento das zonas rurais do País.

d) Ao nível das administrações regionais, ou supra locais com a proximidade adequada.

Este nível não foi discutido durante o seminário, referiu-se contudo a necessidade de um fórum único (tipo CLA única) para a coordenação das diversas intervenções a este nível.

Se o desejo de continuar a reflexão se concretizar, talvez se possam encontrar caminhos susceptíveis de revigorar e valorizar a inteligência e a capacidade criativa de todos aqueles que, sentindo-se e assumindo-se como rurais, se ressentem, das aplicações dos estereótipos dominantes, redutoras das suas capacidades e competências para acompanhar e participar no processo de modernização do País.

As próximas actividades

✦ Oficina de Troca de Experiências na Serra da Estrela

Depois do Encontro de Proximidade, realizado na Covi-
lhã em Junho, as associações ADERES, ADRACES,
ADRUSE, PRÓ-RAIA e RUDE, da Beira Interior, voltam
a encontrar-se, nos dias 13 e 14 de Setembro, nas
Penhas da Saúde, para a realização da Oficina de Troca
de Experiências.

As experiências identificadas no Encontro de Proximida-
de voltam à mesa de trabalho, para serem discutidas a
um nível mais alargado, permitindo confrontar métodos
de intervenção e identificar temas para as acções de for-
mação – o passo seguinte no processo ascendente da
animação da Célula.

As experiências em foco nesta Oficina são a "Telemática
Rural Estrela Sul – Rede de Estações Locais"; da ADE-
RES, a "Cooperação transfronteiriça/transnacional"; da
ADRACES, o "Parque Biológico de Gouveia"; da
ADRUSE, o "Arco do Jarmelo", da PRÓ-RAIA e, ainda,
as "Termas de Unhais da Serra", da RUDE.

No próximo número do "Pessoas e Lugares" voltare-
mos a falar desta oficina fazendo referência ao debate e
conclusões a que chegaram os grupos envolvidos.

✦ Acção de Formação

Na sequência dos Encontros de Proximidade e das
Oficinas de Troca de Experiências surgem as Acções de
Formação. E a Célula vai-se estreitar nesta intervenção,
efectuando-se a primeira Acção de Formação nos dias
21, 22, e 23 de Setembro em Mangualde. Esta acção de
formação é dirigida ao grupo de proximidade que inte-

gra a AD-ELO, a ADICES, a ADD e a ADDLAP, bem
como aos técnicos que participaram da 1ª Oficina de
Troca de Experiências proporcionada por aquele Grupo
e que decorreu em Penacova.

"Conceitos de desenvolvimento local" será um dos
temas tratados, o outro é a "Avaliação de projectos".

✦ Oficina de Troca de Experiências dos Açores e da Madeira

Nos Encontros de Proximidade da Madeira e dos Açores,
a Célula de Animação LEADER constatou que, apesar das
características em comum, as realidades destes
dois arquipélagos e das ilhas que os compõem, são bem
diferentes.

O confronto de umas e de outras, numa mesma mesa,
poderia constituir um exercício interessante, quer para
os técnicos da Célula de Animação quer para os técnicos
das associações gestoras do programa LEADER nestes
territórios, quer ainda, e especialmente, para os
técnicos dos grupos do Continente.

Depois de um primeiro encontro com os grupos nos res-
pectivos territórios de intervenção, a Célula de Animação,
com o acordo dos Grupos, decidiu juntá-los nas fases
seguintes. A proposta para a realização da Oficina de
Troca de Experiências dos Açores e Madeira, na Ilha do
Pico, nos dias 7 e 8 de Outubro, foi bem aceite por todos.

A divulgação desta Oficina será feita junto de todos os
grupos LEADER na sequência da saída deste número do
Jornal, através de fax onde serão especificados os por-
menores logísticos da sua realização.

Dado que a programação da Célula se irá intensificar
neste final de ano, só nos resta esperar a pronta respos-
ta dos Grupos à informação que forem recebendo sobre
as diversas actividades.

✦ Encontro de Proximidade no Entre-Douro e Minho

A ADER-SOUSA, a ADRIMAG, a DOLMEN, e a PROBASTO
serão os grupos que protagonizarão o Encontro de Proxi-
midade a realizar nos dias 11, 12 e 13 de Outubro próximo.

E, conforme tem vindo a acontecer, a Célula de Anima-
ção reservará os dois primeiros dias para visitar os grupos
nas suas sedes, estabelecendo assim um primeiro contac-
to com o espaço e ambiente de trabalho de cada GAL.

No último dia da visita, técnicos da Célula de Animação
e das associações LEADER sentam-se a uma mesma
mesa para se conhecerem melhor e para partilharem as
experiências que consideram exemplares; no sentido
positivo e negativo da palavra. A este encontro a Célula
de Animação chamou "Encontro de Proximidade".

✦ Jornal "Pessoas e Lugares"

O Jornal de Animação da Rede LEADER II passará a sair
mensalmente. O número 1 começará a ser distribuído a
partir do dia 15 de Setembro, mas a intenção da Célula
de Animação é de que a sua saída coincida com o início
do mês. Assim, o número dois procurará recuperar uma
semana na saída, o que implica uma maior celeridade na
resposta dos grupos à colaboração que lhes é sempre
solicitada, designadamente nas secções "Actividades da
Rede", "Agenda da Rede" e "Fala quem quer".

Preconceitos e Conceitos

Camilo Mortágua

"deixemo-nos de filosofias... / falemos de coisas concretas"

«não há machado que corte a raiz ao pensamento»

— pela sua dureza ou pela sua imaterialidade?

Com os conceitos sucede algo parecido ao que acontece às
pessoas de diferentes raças, quando se trata de identificar
visualmente e de improviso, um indivíduo de raça diferente.

Para um europeu, os asiáticos, à primeira vista, são todos
iguais! Têm todos os olhos de um bico! Os pretos são tão iguais
uns aos outros, aos olhos de um não preto, que normalmen-
te, a primeira coisa que referimos para identificar a pessoa de
raça diferente, não é a sua estatura ou cor dos olhos, dize-
mos apenas, - era um preto, era um asiático etc.! Diz-se
assim, não por uma razão pejorativa ou racista, mas porque
nos sentimos incapazes de distinguir rapidamente e com
precisão os traços distintivos de cada indivíduo. A diferença
principal, cor ou forma, funciona como "diluyente-banalisa-
dor" dos outros elementos que caracterizam e compõem a
personalidade de cada pessoa, a menos que se trate de
alguém com quem lidamos frequentemente.

Também é um pouco assim com os conceitos. Quanto menos
lidamos com eles, mais nos parecem iguais, maior é a dificul-
dade em identificar os aspectos peculiares de cada um.
Quanto mais nos aproximamos, maior é a necessidade de os
examinar de perto para bem reconhecer e compreender as
partes que formam o todo!

Esta "imagem" serve-nos para exemplificar, de forma talvez
não muito adequada, o que se passa com a definição e com-
preensão dos conceitos em geral e, em particular, com todos
aqueles que mais utilizamos ao tratar das questões do Desen-
volvimento Local.

Dizem os dicionários que "conceito" é aquilo que o espírito

concebe" por isso, cada definição vale o que vale a capaci-
dade conceptual de cada pessoa.

Contudo, penso que a importância não está apenas na capa-
cidade de conceber. A capacidade de expor e explicar as nos-
sas concepções é fundamental para a criação de referências
que facilitem o entendimento e o reconhecimento da indivi-
dualidade dos outros, condição básica para a existência da
convivência social indispensável ao funcionamento das soci-
edades democráticas.

Também as minhas contribuições para tentar alargar e apro-
fundar os conceitos de **Desenvolvimento Local Integrado e
Sustentável**, como é óbvio, valem...o que valem!

"DESENVOLVIMENTO "

— Ó ti Irene...o seu Joãozinho está tão desenvolvido! está
um moço feito, olhe que já lhe dá pelos ombros!

— Ai Lurdinhas... deixa-me cá filha com a minha cruz, lá
crescido está ele, este mafarrico valdevinos só quer é brin-
cadeira. Vê lá tu que com este corpanzil mal sabe ler e
escrever! É um castigo que Deus me deu.

Por muito que se pense o contrário, para a maioria das pes-
soas, a distinção entre Desenvolvimento e crescimento ainda
é muito ténue ou não existe.

Não se pense que estou a falar apenas de pessoas sem escola-
rização, sem capacidades para emitir e receber informações
mediatizadas. Por experiência própria sei que existem autarcas

loais, sobretudo a nível de Freguesia, quadros técnicos e polí-
ticos intermédios, responsáveis e dirigentes de colectividades
loais, todos eles influentes nos comportamentos das popula-
ções com quem contactam quotidianamente, para quem as
questões do "desenvolvimento" são coisas para políticos e
doutores... - lá para os senhores do Governo! Eles é que passam
a vida a proclamar que essas coisas do desenvolvimento, da
melhoria das condições das nossas vidas, são coisas muito com-
plicadas, só possíveis de entender por quem estudou muito!

Os pseudo-sábios fazem sempre a pedagogia da ostentação do
saber, sempre receosos de que não se lhes reconheça a superi-
oridade justificativa dos seus privilégios sociais e materiais.

Sobre esta questão do conceito de DESENVOLVIMENTO
apetece-me recordar o que me dizia há dias um amigo,
durante animada discussão em grupo:

— Olha...já percebi. Não chateies mais. Deve ser mais ou
menos assim: crescer...tudo cresce, as casas, as árvores, os
animais, as plantas e outras coisas, mas só as pessoas é
que para além de crescerem, também se podem desen-
volver. É isso?

— Respondi-lhe que sim, que era mais ou menos isso, guar-
dando para mim certas dúvidas cujo esclarecimento ali-
mentaria outra discussão.

Pode ser como o vento...o pensamento. Fugaz e difuso. É por
isso que a sua imperceptível raiz só existe e tem valor, quan-
do, depois de crescer e desenvolver-se, morre... para libertar
ao vento o pólen da flor.

Por amor à terra e contra a corrente

Tudo começou com as abelhas. Começou por ajudar o pai a tirar o mel. Depois, enquanto estudante, fez das abelhas o seu principal passatempo vendendo o mel às pessoas da terra quando lá iam de férias. Hoje, João Pedro tem 300 colmeias e o mel é um dos vários produtos comercializados com a marca "Obras do Caratão".



Poço da Broca | Foto: Paula Santos



Foto: Paula Santos

João Pedro Borges é um jovem de 32 anos, natural e residente na Barriosa, uma pequena aldeia do sudoeste do Parque Natural da Serra da Estrela, no concelho de Seia, que em vez de fazer como a maioria dos jovens da região, resolveu ficar. A vontade de se fixar na aldeia e o amor pela terra levaram João Pedro a fazer de um passatempo uma forma de viver.

Depois de uma fugaz passagem pela Escola Agrária de Coimbra, e de uma tentativa de fazer carreira nos seguros, João Pedro começa a pensar seriamente em dedicar-se à apicultura. "As abelhas são um bicho fascinante que nos apanha", justifica-se.

Disposto a provar a ele próprio e às outras pessoas que era possível viver na Serra, resolve vender a carteira de seguros e com o dinheiro aumenta o número de colmeias para 50. E começa a vender o mel a pessoas conhecidas.

Entretanto o medronho desperta-lhe a atenção. "Há cá tantos medronheiros. Os algarvios vêm cá comprar os medronhos. Porque não transformá-los cá? O medronheiro é uma espécie curiosa. Surge espontaneamente, é só chegar e apa-

nhar. As pessoas daqui sempre apanharam os medronhos para fazer aguardente. É uma região de destilarias. O meu avô toda a vida destilou. Depois veio a proibição e a tradição de destilar quase se perdeu", conta João Pedro como surgiu a ideia de fazer aguardente de medronho.

Andava o João Pedro a tentar pôr no papel as suas ideias quando um amigo, e agente de desenvolvimento da ADRUSE, o informa da existência do Programa Leader. Depois do contacto com a Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela João Pedro apresenta um projecto, no âmbito do Programa Leader, para adquirir uma destilaria e encomendar um estudo de embalagem para os seus produtos.

Enquanto aguardava pelo parecer, surge um sócio. Nasceu assim, em Junho de 1993, a sociedade Quinta do Espinho - Sociedade de Agricultura Biológica e Produtos Naturais, Lda.

"O Acácio (Acácio Nunes) também é da Barriosa, mas vive e trabalha em Lisboa, e era, e é, o sócio financeiro que eu precisava. Já tinha apresentado vários projectos ao Ministério da Agricultura e nenhum mereceu a atenção que eu esperava".

O projecto é alterado para o nome da sociedade mas não ficam à espera da resposta. Pedem um empréstimo bancário e compram uma quinta com nove hectares, cujo nome (Quinta do Espinho) aproveitam para a sociedade, e uma destilaria. O dinheiro do Leader vem mais tarde (5 mil contos dos 12 mil do total do projecto) mas é muito bem-vindo. "Tudo o que temos foi comprado. Não herdámos nada".

Os primeiros produtos comercializados pela Quinta do Espinho são o Mel de Urze, e a Aguardente de Medronho. Todos com a marca comercial "Obras do Caratão", e apresentados numa embalagem, hoje plenamente associada aos produtos, concebida pela Ovo design, que trabalha desde então a imagem da sociedade Quinta do Espinho, e que já lhe valeu um prémio (Menção Honrosa no Concurso da Melhor Embalagem, na Feira Internacional de Artesanato, Lisboa, 1994).

"O nome "Obras do Caratão" é uma homenagem às gentes da região que há cerca de 300 anos desviaram o curso do rio Alvôco com o objectivo de tornar mais férteis os solos do vale, a estas terras de cultivo deram o nome de Obras, ao

morro Caratão, e às quedas de água surgidas Poço da Broca", explica João Pedro.

Em 1996, e já no Leader II, a Quinta do Espinho apresenta um novo projecto, para aquisição de um espaço onde instalar um posto de vendas e respectivo armazém. Da recuperação de uma velha casa de xisto na encosta do rio Alvôco ao pé da destilaria (esta fica do outro lado do rio), surge um espaço para venda e degustação dos produtos da Quinta, aberto aos fins-de-semana durante todo o ano.

No Posto de Vendas podemos encontrar ainda compotas e artesanato local, fruto de parcerias com alguns produtores e artesãos da região da Serra da Estrela e não só. As compotas, por exemplo, são do Alentejo, da "Mesa Rural".

Para rentabilizar o investimento (no valor total de 17 mil contos, dos quais seis mil do Leader), João Pedro pede à Câmara uma licença para abrir no mês de Agosto uma esplanada. Tinha espaço, e o local, à beira do rio, era bom. Este é o quarto ano em que a esplanada da Quinta do Espinho proporciona aos jovens da região, um espaço agradável para tomar uma bebida, conversar com os amigos, antes ou depois de um mergulho no Poço da Broca ao fim da tarde.

Para a esplanada, aberta só de tarde, João Pedro conta com a ajuda de um jovem emigrado em França que ali está a fazer, pela segunda vez consecutiva, as suas férias em Portugal.

Para ajudar o João Pedro nas outras actividades, a Quinta do Espinho contratou também um rapaz lá da terra.

Diversificar a oferta tem sido uma preocupação constante da Quinta do Espinho e também uma forma de rentabilizar os recursos naturais e os equipamentos. E se mais não têm feito é porque não podem. Por exemplo, João Pedro conta com alguma tristeza, que apresentou um projecto ao Ministério da Agricultura para produzir, na quinta, várias espécies de pequenos frutos, framboesas, mirtilos, amoras, e outros, com o objectivo de produzir e comercializar compotas, e que foi reprovado. "Porque quem, como eu, vive numa região como esta, não se pode dedicar a fazer apenas uma coisa. Se vem um ano em que não há medronhos, não tenho nada para vender. Tenho que arranjar outros produtos para ganhar

algum dinheiro. Das colmeias tento tirar o máximo rendimento. Do mel faço aguardente de mel, vinagre, licor de mel e também vendo pólen em bruto. O projecto dos doces foi bem pensado. Estávamos confiantes. Foi decepcionante".

João Pedro e o sócio já pensaram em criar uma empresa de distribuição porque reconhecem que é aí que falham. "Eu não tenho medo de produzir. Mas depois a distribuição não é fácil. O meu sócio ajuda nos contactos em Lisboa. Aqui na região sou eu que faço as entregas. Para a região do Algarve entrego os produtos a distribuidores e eles fazem as lojas. Conheço-os e confio neles. O Norte é que está um bocado esquecido (...) Eu vendo tanto no mercado dos produtos de agricultura biológica como no convencional. Mas vendo apenas para casas de qualidade; garrafeiras, por exemplo. Mas como "Não podemos viver de idealismos", lembra João Pedro, não sabem até quando vai ser possível continuar assim. "Mas até ver... com muito sacrifício..."

João Pedro mostra ainda algum descontentamento quando fala da taxa do álcool. Ou melhor, da fórmula aplicada. E conclui dizendo que "afinal, e ao contrário do que se diz, não há grande protecção aos produtos regionais", o que o faz, por vezes, desanimar.

Mas a força da vontade e o gosto pelo que faz e pelo lugar onde faz, e vive, dão a João Pedro ânimo para continuar. A solução é, e será sempre, nunca ficar parado. E ideias novas acabam por surgir.

Neste momento, João Pedro ensaia a produção de mais um produto: o hidromel. É pouco conhecido em Portugal mas é comum entre os apicultores dos países escandinavos. O hidromel é uma bebida alcoólica que resulta da fermentação de mel com água e pólen durante quatro meses.

Um outro produto a sair brevemente será uma embalagem com seis frascos em miniatura com outros tantos tipos de mel (comprado a granel, excepto o de urze e de medronheiro): urze, laranjeira, eucalipto, medronheiro, girassol e rosmaninho. Não para tão breve mas já a andar estão outros projectos.

Mesmo em frente da esplanada, do outro lado do rio, os sócios João Pedro e Acácio pretendem recuperar um antigo lugar de azeite para abrir um restaurante típico. Do "Lagar das Varas", como era conhecido, pouco ou nada resta. Nem a roda hidráulica restou. Da tentativa, falhada, do anterior proprietário, resultou uma construção que, embora tarde, foi embargada pela Câmara Municipal de Seia. Com o apoio técnico do Parque Natural da Serra da Estrela, João Pedro já apresentou um projecto à Câmara de Seia e aguarda uma resposta.

Para a Quinta do Espinho, situada a seis quilómetros da esplanada, e já na freguesia do Alvôco da Serra, João Pedro e o seu sócio têm várias ideias. Uma delas é insistir na criação de gado depois de uma tentativa menos feliz com cabras. Desta vez, pretendem criar vacas de raça Maronesa em regime extensivo. O primeiro passo já foi dado. João Pedro aguarda a chegada de quatro novinhos de Vila Real para muito breve. Outra, é adquirir cavalos e instalá-los lá para fazer percursos equestres pela região. E outra, ainda, que não exclui nenhuma das anteriores, é adaptar as duas casas de xisto, parcialmente recuperadas, para turismo.

Estas duas últimas a concretizar, serão projectos de uma outra sociedade a constituir só para investimentos na área do turismo. "E se nada disto vier a acontecer como estamos a pensar, vou eu para lá morar. É um lugar lindo para se acordar todas as manhãs".

Quinta do Espinho - Esplanada | Foto: Paula Santos



Foto: Francisco Botelho

Um Presidente que sempre quis ser agente de desenvolvimento

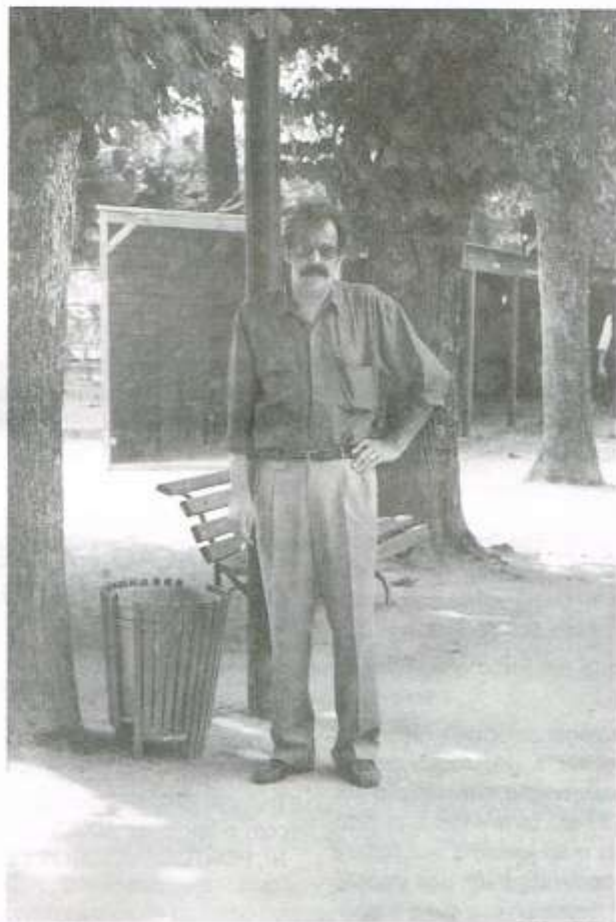


Foto: ADRAT

Conheci-o em Bruxelas, em pleno lançamento do LEADER I. Unia-nos a proximidade dos territórios de intervenção e não foi de estranhar a companhia que partilhámos entre os corredores, o hotel e as ruas da cidade. Mas o Medeiros tem horror a caminhar, pára de cinquenta em cinquenta metros, arranjando mil e um pretextos para prolongar a espera. A princípio julguei-lhe um hábito estranho. Mas em breve fui esclarecido: "Sabes, eu tenho uma perna 'contusa', não posso caminhar muito". Foi aí que despertei para uma das principais características do Medeiros, um humor fino, desconcertante, que nos penetra cá por dentro. Misturando a verdade com o humor, o Medeiros tem mesmo uma perna "contusa", com problemas sérios de circulação...

Descobri mais tarde que este humor partilha uma filosofia de vida e que a concretização das mais responsáveis tarefas não é incompatível com a simplicidade e a fina ironia.

E a ironia deve-lhe ter surgido já no berço, porque foi nascer numa das únicas duas aldeias de Valpaços "que mijam para o Tâmega", como ele dizia para expressar que ainda pertenciam à bacia hidrográfica do Tâmega. Filho de um negociante de gado, cedo se identificou com as actividades do mundo rural, nelas se integrando com a mesma familiaridade com que se integra nas mais requintadas assembleias. A experiência que a vida lhe trouxe permite-lhe sentir-se tão bem entre

os humildes como entre os poderosos. Mas sem dúvidas perante a opção – o seu coração está sempre junto dos mais carenciados. E os amigos encontram-lhe com frequência "um brilhosinho nos olhos" tão próprio de quem tem um coração "próximo da cara".

Com formação na área agrícola, a carreira do Chaves Medeiros passa, essencialmente, pela Junta Nacional do Vinho, pela Adega Cooperativa de Valpaços e pela Cooperativa Agrícola de Chaves, de que foi e é responsável.

Amigo dos prazeres da vida, não é de estranhar que o Medeiros seja um dos nossos melhores técnicos de vinho. A grande fama dos vinhos de Valpaços a ele se ficou a dever, conquistando várias medalhas para os vinhos engarrafados produzidos na "sua" Cooperativa.

Os que de mais perto lidam com ele são unânimes em afirmar – o Chaves Medeiros foi um dos primeiros agentes de desenvolvimento rural deste país. Foi dos primeiros a perceber que a agricultura portuguesa não poderia subsistir sem subsídios, mesmo que isso não fosse uma situação ideal. Dos primeiros a afirmar que o desenvolvimento rural não passava exclusivamente pela produção agrícola. E sempre, até hoje, um rural confesso e "empedernido".

Político activo nos anos setenta, foi Deputado à Assembleia da República entre 1976 e 1982, tendo-se remetido posteriormente às lides políticas caseiras.

O Chaves Medeiros integrou o grupo fundador da ADRAT – Associação de Desenvolvimento Rural do Alto Tâmega, e as suas qualidades de liderança fizeram dele o Presidente da Comissão Instaladora da associação e, mais tarde, o seu primeiro Presidente eleito (1990). É já com trabalho no terreno que o LEADER o vem encontrar, negociando sabiamente a atribuição do LEADER I junto do então Instituto de Estruturas Agrárias e do Desenvolvimento Rural. Consolidando a intervenção da Associação com um quadro técnico jovem mas credenciado, tem na Direcção da ADRAT uma posição de confiança total no trabalho dos técnicos e de permanente solidariedade funcional. Sempre o homem do pacto e do consenso, transforma em mais valia para a associação a sua capacidade de relações públicas. E estabiliza e negocia as parcerias que hão-de permitir à associação afirmar-se no terreno. Com delicadeza, mas sempre com obstinação nas suas convicções e objectivos.

Até 1998, altura em que abandona a Presidência da ADRAT por imposições estatutárias. Mas a obra e o exemplo ficou, numa demonstração de entrega e dedicação aos valores do mundo rural, à sua terra, às suas gentes.

E a obra e o exemplo ficou para os amigos que com ele têm o privilégio de lidar. Partilhando alguns dos prazeres da vida – uma boa refeição, um bom vinho, uma boa conversa. E gozando a sua fina ironia. Que um dia me envergonhou, quando numa Comissão de Acompanhamento na Madeira, para onde levei a mulher, me acusou de "levar bananas para a Madeira". Está certo, Medeiros, não voltarei a fazê-lo!

Francisco Botelho

Agenda da Rede

FEIRA DAS COLHEITAS

23 a 26 de Setembro

Este ano, a ADRIMAG, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira, decidiu juntar-se à Câmara Municipal de Arouca, na organização da já tradicional Feira das Colheitas, e realiza, pela primeira vez, a Feira de Artesanato e a Feira Agrícola. Ao lançar estas iniciativas, esta Associação pretende incentivar outras entidades a fazer o mesmo nos próximos anos.

ENCONTRO DELOS – SICÍLIA

30 de Setembro, 1 e 2 de Outubro

Por iniciativa da DE.LO.S. (Associação Europeia para o Desenvolvimento Local Sustentável), da Província Regional de Siracusa e da Região Siciliana, com o apoio do C.R.E.S.M. (Centre de Recherches Economiques et Sociales pour le Midi), Alliance pour un Monde Responsable et Solidaire, e a A.C.C.R.E. (Association Italienne du Conseil des Communs et des Régions d'Europe), realiza-se nos próximos dias 30 de Setembro, 1 e 2 de Outubro um seminário internacional, subordinado ao tema "O desenvolvimento sustentável na Europa e no Mediterrâneo, face aos desafios do século XXI, e à luz da nova organização dos fundos estruturais Agenda 2000".

FERSANT' 99

X FEIRA EMPRESARIAL DA REGIÃO DE SANTARÉM

17 a 19 e de 24 a 26 de Setembro

Organizada pela Associação Empresarial da Região de Santarém, realiza-se em Torres Novas (no pavilhão de Exposições do NERSANT – Núcleo Empresarial da AIP na Região de Santarém), de 17 a 19 e de 24 a 26 de Setembro a FERSANT'99.

Trata-se de uma feira das actividades empresariais do distrito de Santarém, a décima, onde a Associação para o Desenvolvimento - ADIRN também estará presente com o objectivo de divulgar e promover o trabalho realizado no âmbito do programa LEADER II.

Os organizadores da FERSANT contam com a visita de várias personalidades da política nacional e a presença de artistas bem conhecidos no seu programa de actividades.

DESPORTO DE AVENTURA NAS ENCOSTAS DE MIXÕES DA SERRA

Novembro

Com o objectivo de fomentar a camaradagem e estimular uma atitude ecológica de respeito pela natureza, a ATAHCA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem, Cávado e Ave está a promover a realização de algumas actividades lúdico-desportivas nas Encostas de Mixões da Serra.

Para o próximo mês de Novembro estão abertas inscrições para paint-ball e percursos pedestres (dias 13 e 14).

Inscrições/Informações:

ATAHCA/TURIALD
R. Condestável D. Nuno Álvares Pereira,
356/380
4730 Vila Verde
Tel/Fax 053-323966
E-mail altocavado@mail.telepac.pt



Foto: Luis Chaves

SEMANA DE GASTRONOMIA, ARTE E CULTURA

De 13 a 19 de Setembro

Na sequência da Mostra do Mundo Rural, a ADRIMAG foi convidada a promover uma Semana de Gastronomia, Arte e Cultura no Hotel Sheraton em Lisboa.

Durante uma semana, a gastronomia da região, cabrito da Gralheira, carne da raça Arouquesa, queijo de Arouquesa, doçaria regional e doçaria conventual, uma exposição e venda de artesanato e um grupo de cantares animam o local.

FESTA DAS COLHEITAS

1, 2 e 3 de Outubro

O Grupo Folclórico de São Torcato vai realizar, com o apoio do LEADER, através da Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave - Sol-do-Ave, nos dias 1, 2 e 3 de Outubro a 2ª Edição da Festa das Colheitas.

Este evento tem como principais objectivos sensibilizar e motivar a população para a importância da preservação e divulgação dos usos e costumes da sua terra e das suas gentes, transmitir aos mais jovens a sua cultura e as suas raízes, apelando à sua participação nas actividades a desenvolver e dar a conhecer a riqueza das tradições e da cultura da vila de São Torcato.

Mais informações junto da SOL-DO-AVE, telefone (053) 51 23 33.

"LOS OFÍCIOS Y SUAS GENTES"

Entre os dias 18 e 31 de Setembro

No dia 18 será inaugurada a exposição "Los ofícios y suas Gentes" da autoria de Miguel Ángel Soria nas instalações da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, zona de intervenção da Desteque – Associação para o Desenvolvimento da Terra Quente.

Horário: dias úteis 10.00h às 18.00h; sábados 14.00h às 18.00h

TEMPLÁRIOS E HOSPITALÁRIOS

15 a 18 de Setembro

Com o apoio da ADIRN e da AMIE, o Projecto de Cooperação Transnacional – Templários e Hospitalários tem agendada uma reunião nos próximos dias 15, 16, 17 e 18 de Setembro na cidade de Millau, França.

GREEN ROUTES

20 e 21 de Setembro

Também em França, mas em Lourdes, e nos dias 20 e 21, realizar-se-á uma reunião do Projecto de Cooperação Transnacional Green Routes. A participação da ADIRN, promotora em conjunto com a TEDER e a ADEMA desta iniciativa, já está confirmada.

FEIRA DAS PASSAS

Outubro

A Câmara Municipal de Tomar promove e a Comissão da Feira de Santa Iria organiza, com o apoio da ADIRN, inserida na Feira de Santa Iria, a Feira das Passas. Dia 19 de Outubro, em Tomar.

FORMAÇÃO NA ÁREA DO DESPORTO-AVENTURA

18 a 24 de Setembro

Parma foi a cidade italiana escolhida para a realização de uma acção de formação de instrutores na área do desporto-aventura. Uma organização do Projecto de Cooperação Transnacional "Novos Destinos Europeus", com o apoio da ADIRN, SOPRI, COLLIESINI, PORTODEMOUROS e CEDER PALLARS.

10ª MOSTRA NACIONAL DE ARTESANATO

10, 11 e 12 de Setembro

Com o apoio da Dueceira/ELOZ vai decorrer entre os dias 10 e 12 de Setembro, no Parque Municipal de Exposições da Lousã, a 10ª Mostra Nacional de Artesanato.

X POIARTES

17 a 20 de Setembro

Em Vila Nova de Poiares, zona de intervenção da Dueceira, e com o apoio desta associação de desenvolvimento, realizar-se-á de 17 a 20 de Setembro, no pavilhão gimno-desportivo daquela cidade, a X Poiartes – Feira Nacional de Artesanato.

"SERÕES E DESFOLHADAS"

A Casa do Povo de Santo Espírito, com o apoio do LEADER II, através da associação ARDE, lançou, no passado dia 2, nas instalações da Casa do Povo de S. Pedro, um CD do Grupo Folclórico da Casa do Povo de Santo Espírito intitulado "Serões e Desfolha-

das" com o objectivo promover a música tradicional da ilha de Santa Maria (Açores).

1º FESTIVAL DE FOLCLORE DO LIVRAMENTO

No passado dia 4 realizou-se o 1º Festival de Folclore do Livramento na freguesia com o mesmo nome, concelho de Ponta Delgada. Participaram nesta iniciativa, apoiada pela Casa do Povo de Livramento e colaboração da Junta de Freguesia desta localidade, 13 grupos de folclore dos Açores e do Continente.

SABORES DAS REGIÕES

A Loja do Mundo Rural, projecto apoiado pela Medida B2 do LEADER, está a promover semanas de promoção dos territórios LEADER, com exposições, degustações e artesãos ao vivo.

A semana de 30 de Agosto a 4 de Setembro foi dedicada à Região de Basto. E, de 6 a 11 de Setembro, o espaço da Loja do Mundo Rural foi animado com provas da doçaria do Ribatejo Interior.

Os licores e os doces do Ribatejo Centro estarão presentes entre os dias 13 e 18 de Setembro. E o Alentejo Central leva as suas compotas e vinagres à Loja do Mundo Rural entre 20 e 24 do mesmo mês. A Semana de Promoção do Ribatejo Norte será a que vai de 25 de Setembro a 2 de Outubro, e para além dos vinhos, dos doces e artesanato, a ADIRN vai promover um percurso equestre, com cavalos do Ribatejo, pelas ruas de Campo de Ourique (onde se situa a Loja do Mundo Rural), no sábado, dia 25.

A 2ª semana do mês de Outubro será a Semana do Barroso. Uma oportunidade para provar os sabores do Barroso e apreciar uma exposição de pintura em seda e bordados.

FESTIVAL DE ARTE CAMACHENSE

De 6 a 9 de Agosto

Nos passados dias 6, 7, 8 e 9 de Agosto, decorreu no Largo da Achada, na Vila da Camacha, mais uma edição do Festival de Arte Camachense.

Numa organização da Casa do Povo da Camacha, com o apoio do Programa LEADER II, através da ACAPORAMA, da autarquia local e da Junta de Freguesia. Esta 11ª edição contou com a participação de vários grupos de folclore, tunas, grupos de música tradicional, grupos corais e de teatro, fadistas no programa.

FESTA DA UVA E DO AGRICULTOR

4 e 5 de Setembro

A Casa do Povo do Porto da Cruz (Machico) promoveu, nos passados dias 4 e 5, com o apoio de diversas entidades regionais, entre as quais a ACAPORAMA, a XII edição da Festa da Uva e do Agricultor.

IX MOSTRA DA SIDRA

17, 18 e 19 de Setembro

No próximo dia 17 de Setembro, terá início a IX Mostra da Sidra, um acontecimento promovido pela Casa do Povo da freguesia do Santo da Serra, concelho de Machico, ilha da Madeira.

Decidimos introduzir no Jornal de animação da rede portuguesa LEADER II uma rubrica que divulgue alguns textos sobre a temática do desenvolvimento local. Na selecção procurar-se-á, essencialmente, o estímulo à reflexão que porventura representem.

Neste número 1 do Pessoas e Lugares divulgamos um dos textos publicados nas Actas da Conferência de Serpa, realizada em 1995. Traduz e é resultado de uma longa reflexão, amplamente participada, e enquadra uma série de questões sobre as quais, cada um de nós, não pode deixar de se debruçar.

das reuniões preparatórias à conferência propriamente dita

J. Portela, com a colaboração prévia de A. Melo e P. Soares e colaboração posterior de P. Soares, E. Figueira e F. Lopes Figueira

(...)

O contexto local

O Desenvolvimento Local (DL) não é uma soma de projectos. É antes uma cultura. Para ser alcançado reclama a construção e o esforço da identidade e do património local (natural e cultural). É necessário ainda garantir uma interacção entre o campo e a cidade. Para uns, o DL é mais que o desenvolvimento económico e social de um território desvitalizado. É uma arma contra a exclusão social vivida por urbanos e rurais da sociedade mercantilista-consumista. É um meio de recriação da Coesão Social (CS) e económica. Para outros o DL é visto e vivido sobretudo como desenvolvimento social, um meio de escapar à selva económica. Para outros ainda, a ênfase está na restauração da cidadania e da democracia. Para outros, por fim, o DL tem um alcance trans-local. Pode, por um lado, concorrer para abreviar distâncias, criar uma cooperação séria entre áreas desfavorecidas e zonas economicamente fortes e ainda para criar redes fecundas e de iniciativa e cooperação ("Sul-Sul", "Norte-Norte", "Norte-Sul", "Este-Oeste", etc.); por outro lado o DL pode enriquecer "o mundo" com novos contributos científicos e tecnológicos assentes na mobilização das forças humanas locais e na valorização dos recursos endógenos.

Em qualquer caso, a inovação mais evidente do DL é a participação das pessoas. Estas aprendem a conhecer-se a si mesmas e aos grupos desfavorecidos, e a identificar os pontos fortes e fracos do território. O diagnóstico do local torna-se auto-análise colectiva. E qualquer cidadão pode tornar-se força motriz do desenvolvimento. O DL representa o aumento da inteligência, da iniciativa e da organização da população em todas as frentes (económico-financeira, técnica, cultural, etc.), assente em recursos e potencialidades endógenas, tal como em meios e oportunidades externas, com vista à cooperação e à CS.

O DL, contudo, tem de fazer face a múltiplos obstáculos. Um dos principais é o alheamento e/ou fractura existente entre as instituições oficiais e a multiplicidade de actores (económicos, sociais, culturais, etc.) presentes *in loco*. Há não só inércia mas também demasiadas mediações institucionais, todas elas com o direito de controlar e bloquear, nenhuma com a missão de apoiar o DL. E os procedimentos de controlo são rígidos, uniformes, insensíveis aos problemas e necessidades locais. Ora, isto penaliza os projectos de menor dimensão, obrigados a suportar encargos proporcionalmente mais elevados para responder a exigências burocráticas sem qualquer relação com a eficácia e a eficiência da intervenção. A disponibilidade e acesso a meios financeiros, bem como a forma da sua aplicação

são também obstáculos de monta. Apesar dos programas da Comunidade Europeia geridos por entidades locais (públicas, privadas ou mistas) favorecerem a CS a nível local e entre regiões da Europa, a quase totalidade dos fundos estruturais estão nas mãos dos Estados e das Regiões que os aplicam sobretudo de forma assistencial, clientelista e burocrática.

Tendo em conta as visões sobre o DL e os obstáculos referidos, convém responder à pergunta seguinte: é só ao nível local que se liga o social à economia?

Metodologia de acção

A metodologia de acção é um campo vasto e aberto. Em consequência, as perguntas multiplicam-se:

Como lançar e manter o processo de DL independente de forças político-partidárias?

Como associar poder local e sociedade civil? Via parceria permanente, ou negociação e acordo caso a caso?

Que estruturas para uma economia solidária? Que novas combinações de trabalho remunerado e voluntário se podem imaginar?

Quais as organizações mais adequadas para promover o DL? Novos organismos financeiros? Novas figuras jurídicas de empresas? Que ADL's?

Como superar os conflitos sociais (com entidades oficiais e grupos locais) gerados pela dinâmica do DL?

Quais as formas mais adequadas de financiamento e apoio ao DL? Há ou não efeitos perversos de apoio a fundo perdido? Como podem as iniciativas locais ganhar independência económica, mesmo a prazo?

Como garantir ao DL a necessária e adequada informação?

Que enquadramento é o mais favorável à acção do animador local?

Como formar o agente do DL que mobiliza a iniciativa da sociedade local para a criação de empresas?

Como elaborar e aplicar indicadores de avaliação (qualitativos e quantitativos) capazes de fazer justiça à complexidade e ao longo prazo dos processos de DL?

Desenvolvimento Local e Coesão Social no futuro

O DL e o CS são fins que reclamam mudança das condições político-administrativas gerais. Entre estas destacam-se a

regionalização e democratização de processos de decisão. Para tanto é necessário ter em atenção o idioma, pois a capacidade linguística determina a capacidade de influência e de poder. Sem regionalização e democratização de processos de decisão, como mobilizar os cidadãos para a participação e não só para a delegação do poder? Do ponto de vista dos agentes do DL importa saber lidar com todos os partidos, apostando na neutralidade política e tornando claro aos políticos as metas e resultados a alcançar com cada projecto local. Dentro das condições político-administrativas gerais, urge aumentar o contacto entre o Estado, o sector privado e o movimento associativo.

Com vista ao DL e à CS, mais especificamente é ainda necessário: a integração de políticas e programas; um planeamento de baixo para cima; a fixação de metas sócio-económicas, ao invés das meramente sectoriais; a concessão de tempo suficiente para a consolidação dos projectos; a avaliação prévia dos projectos de pequena escala de forma muito mais expedita, criando linhas específicas para o efeito; a avaliação global dos projectos, onde, para além dos critérios físicos e económico-financeiros, contem os efeitos indirectos, multiplicadores e de longo prazo, bem como o cariz inovador e os riscos envolvidos; a estabilidade e continuidade dos programas; a descentralização, desburocratização e flexibilização dos instrumentos; o financiamento atendendo ao valor intrínseco dos programas e não só ao facto de se localizarem aqui ou ali. Deste ponto de vista, a UE deve exigir dos Estados e das Regiões uma maior coerência com os objectivos dos Fundos Estruturais que não devem ser utilizados para suprir carências orçamentais. Para se promover o DL e a CS são vitais, para além dos meios financeiros, três alavancas mais: estruturas úteis; uma rede de comunicação e informação das iniciativas locais; e trabalho voluntário. Mas este deve ser incluído nos orçamentos dos projectos, como contributo complementar do financiamento oficial.

Para apoiar a execução de planos de acção concertados à escala local é preciso: criar observatórios das dinâmicas sócio-económicas à escala dos territórios, e esses observatórios devem estar ligados em rede; deitar mãos à estatística e à investigação, pois elas permitem a compreensão do trabalho realizado, bem como a argumentação e o exercício de influência junto dos políticos; animar espaços de debate entre os agentes de DL, numa abordagem global (multi-sectorial) e interactiva (não hierárquica); promover núcleos de inovação; consolidar redes locais, regionais, nacionais e europeias de associações e agências de DL, pois graças às trocas de experiências e à investigação, elas podem conduzir a formas de acção simples, eficazes e adaptadas ao território.

Vimos que há muitos obstáculos institucionais ao DL e à CS, e para os ultrapassar é necessário muito trabalho. Os esforços seguintes serão, por certo, frutuosos: formar políticos e funcionários sobre DL (gestão transparente, políticas, normas e instrumentos da CE, estratégia económica, etc.); promover grupos de trabalho no interior das instituições visando o relacionamento com as comunidades locais; e sensibilizar bancos e instituições de crédito, para que se envolvam no financiamento do DL, assim contribuindo para a CS.

Em suma, urge estabelecer uma nova cultura político-administrativa.

Serpa, Novembro de 1995



Câmara de Lobos | Foto: Paula Santos

madeira



Funchal | Foto: Paula Santos

... e o trabalho **continuou!**

Na Madeira e nos Açores realizaram-se o segundo e o terceiro "Encontros de Proximidade". Os mais periféricos aceitaram ser dos primeiros a dar o seu contributo para a animação da rede e, lá fomos nós, ouvir, ver e tentar compreender, porque os habitantes destas ilhas, (como dizia Vitorino Nemésio) "têm dupla natureza, são de carne e de pedra!"

A vida açoreana não data espiritualmente da colonização das ilhas; antes se projecta num passado telúrico que os geólogos reduzirão a tempo, se quiserem. Como homens, estamos soldados historicamente ao povo de onde viemos e enraizados pelo habitat a uns montes de lava que soltam da própria entranha uma substância que nos penetra. A geografia, para nós, vale tanto como a história e não é de balde que as nossas recordações escritas se inserem dos 50% de relatos de sismos e enchentes.

Como as sereias temos uma dupla natureza: somos de carne e de pedra. Os nossos ossos mergulham no mar.

Vitorino Nemésio

Citado em MAGMA, 0, Dezembro de 1998, publicação da Assoc. TERRA-MAR.

Nestas ilhas, o mar obriga a interiorizar a **noção de local**. Aqui, mais facilmente que em outros "locais" continentais, vêem-se e vivem-se quotidianamente, os limites espaciais do território de cada um.

A interdependência entre pessoas e territórios, questão central na formação do conceito de **desenvolvimento local**, adquire aqui uma tal evidência, manifesta-se tão obviamente e com tal força que, em nossa opinião, estes podem ser óptimos locais de estágio para técnicos que se iniciam nestas lides do D.L., e não só.

Se considerarmos que em espaços de maior dimensão geográfica também existem "ilhas de desenvolvimento" com limites de outra natureza que o mar, torna-se mais evidente a possibilidade de usar a descontinuidade territorial como elemento disciplinador de métodos de intervenção mais coe-

rentes com os princípios gerais do desenvolvimento local integrado, aplicáveis a diferentes micro-territórios.

Fomos até à Madeira e aos Açores, obviamente realidades bem diferentes. Bem diferentes e ainda imperceptíveis para muitos continentais.

Em comparação com o esforço feito para uma maior cooperação trans-nacional dentro da União Europeia, as acções destinadas a aumentar o conhecimento mútuo entre regiões do nosso País, pelo menos ao nível das práticas e problemas do D.L., são pouco significativas. Todos teríamos a ganhar, a nível nacional, se nos conhecessemos melhor!

Para bem reter a importância dessas diferenças, recordamos alguns indicadores essenciais.

Madeira: 795 km quadrados, aproximadamente 255 mil habitantes, 320 habitantes por km quadrado, produto interno bruto por habitante: 35% da média europeia.*

Açores: 2.345 km quadrados, 9 ilhas, aproximadamente 240 mil habitantes, 103 habitantes por km quadrado, produto interno bruto por habitante: 43% da média europeia.*

* fonte: Observatório Europeu

Na Madeira

Na Madeira, ilha também, mas só uma; por razões que se conhecem, todos os serviços são serviços de proximidade, mesmo quando o relevo alonga o tempo da viagem.

Território uno, extremamente fértil a todos os níveis, incluindo o da reprodução humana, não enfrenta, como na generalidade de outros territórios LEADER, o drama do despovoamento do seu território e do envelhecimento acelerado da população.

O grande problema da Madeira é a reprodução, à sua micro-escala, de um modelo de desenvolvimento desequilibrado, imposto de fora para dentro ao longo da história, ao sabor de exógenos interesses, baseado em sucessivas mono actividades, para chegar aos nossos dias com a quase mono actividade do turismo, a partir dum centro unipolar, o Funchal e arredores.

Duas Associações de Desenvolvimento Local intervêm na Madeira e Porto Santo, financiadas pelo Programa LEADER (ver destaques nas páginas seguintes). Ambas se ocupam da problemática do desenvolvimento das zonas rurais.

Pelo que ouvimos, depreendemos que também as populações das suas áreas de intervenção sofrem **localmente** as consequências da **globalização** desregulamentada da competitividade económica.

O "progresso" tem custos. O aumento exponencial do turismo nas últimas décadas gerou necessidades e, consequentemente, implicou a importação de produtos alimentares em grande escala, com a óbvia baixa de preços.

As condições de produção de uma boa parte dos produtos alimentares de consumo corrente, produzidos localmente, não permite competir com os importados.

O "êxito" do turismo **atrai** para o Funchal; a impossibilidade de vender os produtos locais aos preços dos importados **repele...** os agricultores da sua actividade. Tudo se conjuga para que as bolsas de miséria e exclusão aumentem ao redor do Funchal, enquanto os lugares do interior da ilha se despovoam.

Contra esta quase fatalidade, lutam os responsáveis e técnicos destas Associações, conjuntamente com muitas outras



Foto: Francisco Botelho

açores



Foto: Francisco Botelho

instituições, das quais é justo destacar as denominadas "Casas do Povo".

O turismo rural, em alternativa ao turismo "Funchalense" do grande hotel; a valorização da imagem dos seus produtos mais específicos e emblemáticos através do aumento da sua qualidade biológica, durabilidade e apresentação, constituem algumas das estratégias prioritárias que estão sendo levadas à prática, com fundamentadas esperanças de sucesso.

Quando os responsáveis pela ACAPORAMA e pela ADRA-MA nos disseram que as suas equipas técnicas são muito reduzidas porque contam com um apoio muito efectivo das Secretarias Regionais, segundo eles sempre dispostas a apoiar e participar, dando exemplos práticos da eficácia dessa cooperação... demos por nós a pensar que a análise detalhada deste relacionamento de "proximidade" entre as ADLs e os centros de decisão da administração pública, merecia ser aprofundado.

Este seria um tema interessante para debater conjuntamente com os Grupos LEADER do continente, durante a próxima "Oficina de Troca de Experiências" a realizar de 6 a 8 de Outubro na ilha do Pico. Para conhecer em detalhe e discutir as experiências "exemplares" dos grupos da Madeira e Açores, numa perspectiva de ajudar a conceptualizar propostas para melhorar as práticas existentes a nível geral.

Nos Açores

Os Açores são nove. Nove aves de pedra pousadas no Oceano, todas da mesma origem, mas todas diferentes.

Dos Açores não se pode falar "brevemente". Nos Açores, os "locais de desenvolvimento" têm nome de Ilhas.

Há-os maiores e mais pequenos. Com histórias épicas, trágicas, ou de romântico bucolismo, em alternâncias ditadas pelas forças da natureza, modeladas pelo telurismo de cada lugar e a vontade e capacidade dos seus habitantes para perseguirem o sonho para além dos horizontes.

É evidente que todas as Ilhas têm em comum o isolamento e a sua origem vulcânica, porém, quando se olha mais de

perto, na óptica do desenvolvimento de cada comunidade local, surgem diferenças que só as práticas da micro-análise (características dos métodos de intervenção em D.L.) permitem transformar em complementaridades.

Na ilha do Faial, para a ADELIAÇOR-Associação para o Desenvolvimento Local das Ilhas dos Açores, cuja zona de intervenção se estende por cinco Ilhas: Faial, Pico, São Jorge, Flores e Corvo, a descoberta das complementaridades e a animação do processo que leve ao reconhecimento das mais valias da sua articulação, constituem a questão central do seu trabalho.

Quer do ponto vista metodológico, quer no plano organizativo, é uma experiência que vale a pena conhecer em detalhe.

Na Terceira, e mais propriamente em Angra do Heroísmo, (cidade património mundial) está instalada a Associação GRATER. A sua zona de intervenção estende-se à Graciosa. "Ao princípio, quando comecei a trabalhar na Graciosa, a população olhava-me desconfiada, os contactos eram muito difíceis, ninguém conseguia imaginar em que consistia o meu trabalho e qual a sua utilidade, hoje as coisas estão a mudar, já sou solicitada para ajudar em relação a problemas sociais, de saúde etc." Assim falava a técnica da GRATER, Paula Costa, responsável pela animação do D.L. na Ilha.

Eis outra experiência: repleta de atitudes e comportamentos, de gestos e "jeitos" inovadores.

No contexto dos Açores, a própria génese da criação desta Associação é digna de ser estudada, assim como o seu modo de funcionamento.

Na ilha de São Miguel, existem duas ADLs responsáveis por duas zonas LEADER: (ver detalhes nas fichas de apresentação destas Associações nas páginas seguintes).

Também aqui se constata, embora mais acentuadamente, a juventude dos técnicos responsáveis pela concretização do Programa LEADER.

Também aqui se constatou, tal como o referiram nas outras Associações, a vontade de que se organizem acções específicas para aumentar as competências dos jovens técnicos de

D. L., abrindo-lhes mais largas perspectivas de continuidade para a sua actividade.

Alguns dos projectos em curso, nomeadamente a acção "integrada" de uma cooperativa de mulheres que, no mesmo espaço, integram a tecelagem, a restauração, o espaço de promoção e venda dos produtos locais etc., assim como as acções ligadas à integração social de jovens através da prática de desportos náuticos, são experiências merecedoras de atenção.

Existe em S. Miguel uma outra Associação, a TERRA-MAR, que embora não seja uma entidade gestora local do LEADER, é um grupo de Desenvolvimento Local com grande dinâmica e projectos interessantes, sobretudo nas áreas da formação e da cultura.

Deste e de outros grupos não LEADER falaremos proximamente, cumprindo assim com as orientações do próprio caderno de encargos para o trabalho da "Célula de Animação" e para uma maior articulação entre parceiros intervindo sobre os mesmos territórios, ainda que recorrendo a diferentes fontes de financiamento para as suas actividades.

Aproveitamos aqui a oportunidade para lembrar aos Grupos LEADER que devem convidar os outros "grupos de desenvolvimento da sua área" para participarem nas "oficinas de trocas de experiências, acções de formação, seminários, etc." organizados nas suas respectivas áreas.

Entende-se por "outros grupos de desenvolvimento" conjuntos de pessoas que, organizados de maneira formal ou informal, sob as mais diferentes figuras jurídicas, exerçam uma pública actividade em benefício das comunidades locais.

Camilo Mortágua

ACAPORAMA

Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira



Paula Santos



A Acaporama - Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira, nasce da necessidade, que já se fazia sentir há algum tempo, de integrar numa associação todas as Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira. Com o Leader I esta necessidade impôs-se. Hoje, todas as Casas do Povo que se vão formando integram a Acaporama.

No Continente a publicação do decreto-lei 246/90 deu total autonomia às Casas do Povo e foi, em muitos casos, a certidão de óbito destas. A retirada dos Serviços da Segurança Social das Casas do Povo e o desinteresse das populações levou ao encerramento de muitas. Na Madeira o Governo Regional aproveitou as potencialidades das Casas do Povo, verdadeiros instrumentos de desenvolvimento económico, social e cultural.

Durante o Leader I, a Acaporama, a única entidade a gerir este programa comunitário na Madeira, contou com a colaboração e experiência de cada uma das Casas do Povo.

José Alberto Gonçalves, presidente da Acaporama, considera um sucesso os 48 projectos aprovados no Leader I. Da vivência das dificuldades foram recolhidos ensinamentos, muito úteis para o Leader II.

A aposta no turismo rural, no Leader I, foi, nas suas palavras "uma boa aposta. Houve um despertar para as potencialidades do turismo rural".

Aumentar a oferta de alojamento foi, então, uma das principais preocupações da Acaporama. Foi assim que surgiram as primeiras Casas de Turismo de Habitação na Madeira.

No Leader II, a Acaporama partiu para a diversificação dos apoios ao turismo rural, uma vez que algumas das condições já estavam lançadas.

Assim, depois de levar o turista para a montanha, "obrigando-o" a caminhar pelas levadas e veredas madeirenses, sob o olhar atento dos "Guias de Montanha", a Acaporama tem vindo a insistir nas relações intracomunitárias. Isto é, tornar o Leader mais acessível aos promotores locais. E, ao mesmo tempo, procurar um equilíbrio entre o quantitativo e o qualitativo. "O nosso lema não é executar, executar", diz o Coordenador do GAL, Miguel Andrade, "... embora tudo o que pensamos direccionemos para a vertente turística."

Por exemplo, os produtos locais. É uma preocupação da Acaporama aproveitar este tipo de produtos e valorizá-los. O Coordenador do GAL falou-nos ainda de uma experiência (infeliz) durante o Leader I, com um produtor de cereja. E mostrou-se optimista em relação ao futuro. Para já, existe o projecto de criar um local para a apresentação dos produtos tradicionalmente vendidos à beira das estradas. A existir será no Mercado dos Lavradores, um dos principais pontos de interesse da Ilha da Madeira.

Da Acaporama trouxemos ainda a impressão de que na Madeira as relações quer com a população, quer com a Direcção da Associação, com os Órgãos de Comunicação Social, e ainda com Administração são mais fáceis, ou pelo menos, menos conflituosas que em alguns casos do Continente.

Miguel Andrade diz que "é uma das vantagens de um meio pequeno, como é o caso da Ilha da Madeira". O facto de os centros decisores se encontrarem no território do GAL também não deve ser alheio a esta situação.

P.S.

Ficha técnica

Nome: ACAPORAMA - Associação de Casas do Povo da Região Autónoma da Madeira; **Morada:** Rua do Brasil nº15-110 - Bairro da Nazaré 9000 Funchal | **Telefone:** (091)761460; **Fax:** (091) 761461 | **E-mail:** acaporama@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção: José Alberto Gonçalves (Casa do Povo da Camacha) | **GAL:** Miguel Andrade (Coordenador), Cristina Ferreira, Cármina Gonçalves | **Municípios:** Câmara de Lobos, Machico, Santa Cruz, Funchal e Porto Santo | **Área:** 281.895 km² | **População:** 99.673 habitantes.

ADRAMA

Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira



Paula Santos



Criada em Agosto de 1994, a Adrama - Associação para o Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira, representa 16 Casas do Povo e actua junto de 26 freguesias de seis concelhos da zona Oeste e Norte da Ilha.

Esta associação foi criada para gerir o programa Leader II, e a sua entrada em cena não foi fácil, pegando nas palavras do seu presidente, Henrique Silva. O GAL é composto por apenas dois técnicos (inicialmente eram três), e ambos na casa dos 20 anos. Um GAL de gente nova, como os próprios reconhecem. "Somos um GAL jovem, às vezes entusiasma-mo-nos, e isso obriga-nos a fazer muita auto-crítica", confidenciou-nos o Coordenador, Manuel Ara Oliveira.

Dada a juventude também da Associação, ela tem-se aplicado, até agora, à gestão do Leader mas Henrique Silva defende uma intervenção mais alargada e uma continuidade para além do prazo de execução deste programa.

Quanto às áreas de intervenção, o destaque vai para o turismo rural, e a atenção para os projectos das Casas do Povo, uma vez que são elas as entidades mais conhecedoras das necessidades das localidades e mais vocacionadas para implementar projectos próprios. Mas há muito para fazer, e a preocupação da Direcção desta Associação não é, conforme nos disse Henrique Silva, a taxa de execução, mas sim a melhoria das condições de vida das populações. "Nós analisamos os projectos de acordo com os nossos critérios e não de acordo com as taxas de execução".

Nos primeiros meses depois de ter lançado o concurso para recepção dos projectos, a Adrama recebeu mais de meia centena de candidaturas. Um número e um montante de investimento que ultrapassava em muito o dinheiro de que dispunham. "A verba do Leader é boa mas é limitada. Por isso procuramos reforços, tentando envolver outros actores nos nossos projectos". Ao dizer isto, Henrique Silva respondeu, sem querer, à questão da articulação do Leader com outros programas.

A Adrama procura, tanto quanto possível, encaminhar para outras entidades os projectos para os quais não consegue dar resposta. Além disso, como a sede desta Associação está situada em São Vicente (na zona Norte da Ilha), a Adrama procura ser uma interlocutora activa entre as entidades e as pessoas que lá vivem. "E mesmo que surjam outras entidades como parceiras, serão sempre as Casas do Povo dos concelhos que representa, a ter um papel preponderante na prossecução dos objectivos da Adrama", afirmou o presidente da direcção.

Para além das parcerias institucionais, com os empresários locais, e com a outra associação Leader da Região, a Adrama tem também parceiros a nível transnacional. O exemplo mais exemplificativo a este nível é o projecto BIORED, que envolve, para além da Adrama e da Athaca, de Portugal, três grupos espanhóis, e um alemão. Em comum: a existência de um parque natural ou uma reserva nacional e outras características ambientais. Com o BIORED a Adrama pretende a curto prazo criar uma central de reservas para as unidades de turismo de habitação existentes nas várias regiões, disponibilizar na internet informações sobre os circuitos pedestres sinalizados e, a longo prazo, criar uma rede de comércio electrónico com produtos regionais merecedores da distinção BIORED.

Quanto às relações entre o GAL e a Direcção, Manuel Ara disse-nos, com a cumplicidade do Presidente, que têm alguma flexibilidade e autonomia na intervenção e, até ao momento, o voto de confiança da Direcção.

P.S.

Ficha técnica

Nome: ADRAMA - Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira; **Morada:** Centro de Formação Agrária - 9240 S. Vicente | **Telefone:** (091)842358; **Fax:** (091) 842144 | **E-mail:** adrama@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção: Henrique Silva | **GAL:** Manuel Ara Oliveira (Coordenador), Teresina Sousa | **Municípios:** Calheta, Ponta do Sol, Porto Moniz, Ribeira Brava, Santana e São Vicente | **Área:** 476.75 km² | **População:** 56.360 habitantes.

ADELIAÇOR

Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores



Foto: Francisco Botelho



Faial, Pico, São Jorge, Flores e Corvo. Cinco ilhas, nove concelhos e uma associação de desenvolvimento local. A ADELIAÇOR – Associação para o desenvolvimento local de ilhas dos Açores – aparece no mapa LEADER em Outubro de 1994. Uma zona de intervenção dividida pelo mar, nove animadores locais e uma equipa técnica constituída por três pessoas são os elementos de uma equação que tem por objectivo a complementaridade entre as ilhas.

A constituição desta associação foi um feito exemplar em si. Marcou o ponto de partida para um trabalho em comum entre as cinco ilhas. Catarina Soares, coordenadora do GAL, confirma, “nunca tinha havido uma associação deste tipo, constituída por pessoas das cinco ilhas.” Foi lançada a primeira pedra para a complementaridade. “Nós apostávamos muito em termos de complementaridade das ilhas da zona de intervenção, principalmente as ilhas do triângulo (São Jorge, Pico e Faial), a todos os níveis. Complementaridade das ilhas, porque achamos que somos muito poucos, e somos todos diferentes, somos todos complementares.”

A sede da ADELIAÇOR funciona no Faial. O espaço de trabalho resume-se a uma única divisão, mas o contexto, ele, é grandioso: a vizinha natureza presenteia o visitante com um magnífico panorama. Aqui trabalha Catarina, simultaneamente, coordenadora e animadora local da ADELIAÇOR. Até Outubro de 98, era ela a equipa técnica. Licenciada em Direito assumiu este posto na associação por convite da direcção. Veio do Continente, há muitos anos. Não obstante, é ciente dos obstáculos da insularidade: falta de recursos e equipamentos técnicos, rede de transportes deficitária, distâncias, uma população acomodada, etc. A estrutura da associação vem calcar-se neste mapa. A própria natureza da zona de intervenção obrigou a mudar os termos de constituição do GAL. Como explica a coordenadora, “no início quando me convidaram, a ideia era que um corpo técnico poderia ou não estar centralizado numa determinada ilha, isso criou problemas em termos de financiamento da associação e a opção na altura da direcção foi a alteração estratégica de passar a ter os tais animadores em cada concelho.” Para apoiar esta estratégia descentralizada, fez-se apelo às Câmaras Municipais. Dentro de um perfil determinado, as Câmaras procederam à selecção dos futuros animadores. Mas a colaboração não acaba aqui, pois cada um deles tem à sua disposição um espaço ou material necessário para completar o seu trabalho de animação. Esta proximidade é primordial. Verificou-se este facto na ilha de São Jorge, pois enquanto não houve animador, não surgiram projectos. A intervenção e a presença no terreno justificam-se ainda face às necessidades endógenas, alimentadas por uma certa falta de iniciativa das populações locais. Sem um elo de ligação a população acomoda-se. Nas palavras de Catarina Soares, “é essencial os animadores estarem no sítio para as pessoas apresentarem candidaturas.” Por outro lado, aponta-se para outra carência que debilita também a estrutura executiva da ADELIAÇOR, a formação dos animadores. A aprendizagem de uma base de apoio teórica em termos de desenvolvimento local é sentida como uma necessidade, desde o início. Mas, mais uma vez, os obstáculos físicos e financeiros parecem insuperáveis.

A ADELIAÇOR tem um funcionamento custoso, devido às contingências já referidas. O seu currículo só menciona o LEADER. Foi criada para o LEADER. Por falta de capacidade técnica, e condenada a ter uma estrutura cara, ficou-se por aqui. O seu programa põe em destaque a diversificação da produção agrícola, sempre no espírito da complementaridade, e a animação turística. O cenário é o seguinte: quanto à produção agrícola, importações muito fortes e desnecessárias tendo em conta as potencialidades do terreno; os projectos ligados ao turismo rimam com carência, “quer em termos de alojamento, quer em termos de restauração e, principalmente, em termos de animação turística”, segundo Catarina. Dentro deste quadro complexo, a ADELIAÇOR adoptou uma linha de conduta: concentrar as suas energias numa estratégia e não apoiar projectos que podem ser assumidos por outros incentivos, encaminhando-os devidamente para outro tipo de apoios. Integra-se na filosofia geral da associação que é de “dar meios à população e não substituir-se à população.”

R.A.

Ficha técnica

Nome: ADELIAÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores
Morada: Solar da Quinta de São Lourenço - Apartado 190 - 9901 - 997 Horta | **Telefone & Fax:** (092) 391423 | **E-mail:** adeliacor@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção: Rui de Jesus Goulart – Presidente da Câmara Municipal da Horta
GAL: Catarina Soares (coordenadora); Roberto Faria; Albina Dutra; Paulo Simas; António Viegas; Norberto Costa; Jorge Silveira; Paulo Terra; Déffio Alves; Lígia Teixeira | **Municípios:** Horta; Lajes do Pico; Madalena do Pico; São Roque do Pico; Velas de São Jorge; Calheta de São Jorge; Santa Cruz das Flores; Lajes das Flores e Vila Nova do Corvo | **Área:** 1.026 km² | **População:** 45.053 habitantes

ARDE

Associação para o Desenvolvimento Rural



Foto: Rosário Aranha



Emília Paços é a coordenadora do GAL da Associação para o Desenvolvimento Rural – ARDE, Natural de Chaves, é formada em sociologia pela Universidade de Évora. Veio para os Açores por motivos profissionais. Entrou como técnica para a associação em Março de 1998. Hoje é coordenadora, e está praticamente sozinha ao comando do GAL da ARDE. Uma das características desta associação é o vaivém dos técnicos: “o problema desta associação tem sido a saída constante de técnicos.” Quem o diz é Emília Paços, que já foi testemunha da saída de uma coordenadora, de um técnico e de um presidente da direcção, isto no espaço de um ano e meio. “A pessoa que esteve aqui mais tempo foi a antiga coordenadora, que permaneceu aqui durante dois anos.”

A sede da ARDE situa-se no centro da cidade de Ponta Delgada. Na ilha de Santa Maria, em Vila do Porto, nomeadamente na Câmara Municipal, existe também uma delegação da ARDE. Conta com a presença no terreno de um animador local. A fundação da associação data de Setembro de 1995. A iniciativa partiu da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

O poder de congregação da Igreja ainda é bastante forte nesta zona. De tal forma que uma das estratégias de divulgação do Programa LEADER passa por uma ida à missa dominical das diversas freguesias. Estas campanhas pontuais de sensibilização revelam-se indispensáveis, pois como explica Emília Paços, “a maior parte das vezes é o GAL a ir à procura de potenciais promotores para o campo”. O trabalho de informação e formação é primordial. Tem que haver interacção. Não é só a ADL que tem que ter um conhecimento aprofundado das realidades da sua zona e das necessidades da população, mas também esta população tem que ter uma apreensão correcta das potencialidades e objectivos do LEADER. As duas condições têm que estar reunidas, senão acontecem situações como esta, que Emília Paços testemunhou: “conseguimos com bastante custo que um artesão se candidatasse para criar um espaço agradável onde possa trabalhar a sua arte em pedra e madeira. O projecto está aprovado e vai começar a ser desenvolvido. Mas eu cheguei à conclusão que ele não conseguiu captar bem o que nós queríamos com o LEADER. Ele só concorreu e está a desenvolver o projecto porque lhe dá jeito”. Daí a importância de se criar uma ligação entre os projectos que surgem dentro de uma mesma comunidade. O promotor, por intermédio do seu projecto, está assim a contribuir para o desenvolvimento local da sua região.

O papel de técnico de uma ADL tem que ser aprofundado e diversificado. Há que deixar de ser apenas uma entidade local gestora do LEADER e passar a ser mais uma associação de desenvolvimento. Embora os recursos sejam limitados, o papel do agente de desenvolvimento local deve passar por uma estratégia de pedagogia junto das populações. A coordenadora confessa, “uma das principais falhas, é a mentalidade das pessoas e nós tentamos mexer com essa mentalidade e abrir os horizontes para outras coisas”.

A mudança de mentalidades pode iniciar-se através de um exercício de mimetismo. Ao apoiar um projecto num determinado de sítio, pode desencadear um processo de tomada de consciência que virá a trazer os seus frutos mais tarde. Um dos cavalos de Tróia da ARDE é o “Museu ao Vivo”. Este projecto paradigmático congrega um conjunto de elementos essenciais para o desenvolvimento local: dinamização e mobilização de uma comunidade, salvaguarda e divulgação dos ofícios tradicionais locais. O promotor é um professor reformado. “Pretendia fazer uma ampliação de uma pequena oficina de artesanato. Com essa ampliação, criou várias oficinas, cada uma com um ofício tradicional: há um ferreiro, um oleiro, tecelagem, barbearia, mercearia e uma adega. Já está a funcionar, só lhe falta encontrar um ferreiro e um sapateiro.”

Independentemente da intervenção positiva ou negativa de cada associação, o fantasma de 2001 paira no ar. Quer se queira quer não, a retirada passa a ser mais do que uma simples hipótese.

R.A.

Ficha técnica

Nome: ARDE - Associação para o Desenvolvimento Rural | **Morada:** Rua Manuel Inácio Correia, 73 – 1º Esq. - 9500 Ponta Delgada | **Tel. / Fax:** (096)281133 / 4 / 5 | **E-mail:** mop57012@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção: fase de transição | **GAL:** Emília Paços (coordenadora); Lígia Medeiros; Sérgio Cabral (Santa Maria) | **Municípios:** Ponta Delgada, Vila do Porto | **Área:** 330 km² | **População:** 68.000 habitantes

ASDEPR

Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural



Foto: Álvaro Saralva

O parto da ASDEPR foi custoso. Teresa Alvernaz, coordenadora desde os primeiros dias, que o diga, "estive muito tempo sozinha mais a contabilista até a Isabel entrar. A primeira verba LEADER veio em meados de 97, daí eu estar na Câmara Municipal da Lagoa." A situação era tão complicada que "praticamente não se podia divulgar o LEADER, porque depois não podíamos pôr as coisas a andar".

Entretanto a situação já teve tempo e meios para evoluir. A ASDEPR adquiriu o seu espaço de trabalho e contratou mais pessoas, de modo a poder desenvolver devidamente o seu papel de associação LEADER. Neste percurso de 4 anos, destaca-se uma constante: a presença das Câmaras associadas ao lado da associação. A coordenadora conta, "as Câmaras Municipais tiveram um grande empenhamento em levar as coisas para a frente: desde cederem espaços, equipamentos, viaturas para as deslocações, ...". E sublinha, "se não fossem as Câmaras, a situação da ASDEPR tinha sido muito complicada face à situação de transferências de dinheiro. Os Municípios é que estiveram a sustentar a associação, até haver disponibilidade financeira do LEADER." Embora a entrada no terreno tivesse sido lenta, a estratégia do PAL estava traçada desde o princípio e mantém-se ainda hoje. Trata-se de conseguir aproximar-se o mais possível das populações, criar um estrutura de projectos muito interligados e complementares. E o objectivo é: "apostar em determinadas áreas, nomeadamente, o ambiente e o turismo". O método de trabalho não pode ser sempre empírico. Neste caso, antes de avançar, a ASDEPR decidiu procurar apoio num estudo de levantamento das potencialidades e das carências nos diferentes concelhos.

Entre a definição de uma estratégia e a execução do programa, verificou-se um desfazamento a nível da tipologia das acções e, por conseguinte, esta última teve que sofrer algumas alterações. Assim, uma área que acabou por revelar-se dispensável, de facto, foi a formação profissional. Face a outras fontes de incentivos, mais importantes, o LEADER não suporta comparação. A ASDEPR, tal como as outras associações LEADER dos Açores, gere somente este programa. O que não significa, para a coordenadora do GAL, que a associação seja simplesmente uma entidade gestora do LEADER. "Foi criada para isso mas, à medida que se vai afirmando no terreno, começa a ter mais do que essa função, como por exemplo, encaminhar e fazer com que certas ideias não se percam já". E às vezes as ideias tornam-se complementares. Falando de coisas concretas, uma das áreas que, potencialmente, tem o poder de ligar projectos, é o turismo. "Nós aprovámos um projecto de turismo-alojamento e, em simultâneo, aprovámos um projecto de animação turística. Agora surgiu uma intenção de candidatura que também vem complementar os outros dois." Encaminhar o terceiro promotor para uma cooperação com os outros dois, foi a solução adoptada pela associação. A bola está do lado deles. "Se tudo correr bem, há uma complementaridade entre 3 promotores."

Entre o desenvolvimento de uma actividade e a preservação de um saber, de uma tradição ou de um espaço físico, não há que escolher. Um e outro devem pertencer a uma mesma ideia. Trata-se de uma operação cujo resultado é a complementaridade. Como foi o caso no projecto do "Clube Náutico". Encontraram-se assim reunidos: a apetência pelos desportos náuticos, a formação na área da pesca (currículo alternativo), a implicação das famílias dos jovens e, finalmente a criação de um porto de segurança. Isto aconteceu numa comunidade de pescadores, caracterizada por uma realidade sócio-económica precária, desemprego, baixo nível de escolaridade,...

Estas técnicas agem em prol do desenvolvimento, não só quando promovem ligações dentro de uma mesma comunidade local, mas também quando se tornam eixos intermediários entre a Sociedade e o Local. Na verdade, isto continua a ser uma história de ligação, como se pode constatar nas palavras da coordenadora da ASDEPR, "ir ao encontro das pessoas que estão a construir e que estão a fazer o seu próprio desenvolvimento. Damos a mão."

Bicha técnica

Nome: ASDEPR – Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural | **Morada:** Avenida Infante D. Henrique – Rosário – 9560 Lagoa | **Tel.:** (096) 965768 | **Fax:** (096) 965828 | **E-mail:** asdepr@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção: Rui Carvalho e Melo, Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca | **GAL:** Teresa Alvernaz (coordenadora); Isabel Magalhães; Carla Oliveira | **Municípios:** Lagoa; Nordeste; Povoação; Ribeira Grande; Vila Franca | **Área:** 515 km² | **População:** 63.926 habitantes

GRATER

Associação de Desenvolvimento Regional



Foto: Rosário Aranha



GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional

Dentro de um meio rural, juntar uma dose de cultura, de ambiente, de agricultura e de poderes locais, ligar tudo com uma colher de essência de LEADER e deixar crescer. Antes de servir o "Desenvolvimento Local", temperar com uma pitada de intervenção social. Estes são os ingredientes da receita da GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional. De pé desde 1995, a GRATER tem por zona de intervenção as ilhas da Graciosa e da Terceira. "As ilhas são os Açores, mas são micro-sociedades. Só para os continentais é que funciona tudo como os Açores. Aqui são terceirenses, micaelenses, faialenses, porque o mar, na verdade, distancia as ilhas e as pessoas. As pessoas acabam por se virar para si próprias. Aqui a realidade ilha não é só geográfica, física, mas é um processo histórico que tem vindo a caracterizar a relação das pessoas com as outras ilhas." Maria Manuel Ribeiro pertence ao conselho de administração, leia-se direcção, da GRATER, é a representante da Associação dos Amigos do Museu de Angra. Segundo ela, a própria criação da GRATER representa um acto de sucesso, "conseguiu uma série de pessoas de diversos sectores da sociedade, conseguiu fazer essa junção".

O coordenador do GAL, António Balula, faz um ponto da situação sobre quatro anos de trabalho, "nós temos várias potencialidades que na altura não estavam desenvolvidas, a perspectiva era começar a desenvolvê-las e depois também ligá-las entre si, de modo a que harmoniosamente elas funcionassem e se completassem. Agora com o orçamento que temos, não sei se vamos conseguir atingir esse objectivo em pleno. Pelo menos demos um contributo. A perspectiva é fazer um bocado mais, tanto na direcção das estruturas, como na ligação entre elas. É evidente que ainda há um trabalho muito grande a fazer, talvez com uma equipa maior...". Fora o coordenador, o GAL é constituído por duas técnicas, Paula Costa e Letícia Lourenço, e uma técnica-administrativa, Isabel Gouveia. Isso remete para a falta de meios desta associação. Dentro de um quadro financeiro limitado, a margem de manobra é pequena. João Pedro Cardoso, presidente do Conselho de Administração, enquanto representante da Câmara Municipal de Angra, "é uma pequeníssima empresa, apenas podemos aproveitar as capacidades endógenas da região, ir ao encontro dos promotores e fazer-lhes ver a necessidade de desenvolver projectos. Não temos capacidade para os desenvolver e muito menos para os executar." O contexto insular fala por si, como tal merece um tratamento de excepção. Sim, mas! "Quando deram um milhão de contos a associações no continente e nos deram aqui 325.000, deviam ter tido isso em consideração, ainda mais, sendo nós uma zona ultraperiférica. Há zonas lá fora que têm outros meios e têm mais recursos financeiros que esta associação." Face a esta realidade, a GRATER teve que se fazer, tão bem quanto possível, ao terreno.

Quatro anos *in loco* não chegam para dar conta de toda a riqueza, todas as potencialidades e todas as necessidades de uma zona e da sua população. O mérito pertence àqueles que o reconheceram. Quatro anos é pouco. As estratégias são muitas. As cópias são viciosas. Não há tempo a perder. É por isso que um dos possíveis lemas desta associação poderia ser "o futuro começa hoje". Fala-se em iniciar as crianças ao LEADER. As escolas abrem as portas aos agentes de desenvolvimento local. António Balula explica, "nós fazemos inicialmente a divulgação nas escolas, mas a partir de certa altura os professores tomam o relas". Neste tipo de iniciativa participaram não só os técnicos, mas também membros do conselho de administração. Trata-se de uma estratégia de divulgação. "Este LEADER II é o LEADER I aqui nos Açores, não nos podemos esquecer disso. Começamos assim a preparar o LEADER seguinte e começamos a operar nas escolas também. A mudança de mentalidades: o não pensar em arranjar emprego só no Estado e pensar em abrir o seu negócio; o querer participar em certo tipo de actividades; o retomar os jogos tradicionais; o melhorar a qualidade de vida através do uso de novas tecnologias. Tentamos fazer uma intervenção de uma forma mais cirúrgica, naquele escalão mais receptivos a esse tipo de mudança." A esta exposição de João Pedro Cardoso poder-se-á acrescentar que não se trata de um projecto e que entra como despesa de funcionamento do GAL.

Resta relevar que o Conselho de Administração da GRATER tem reuniões semanais. E um dos temas de debate e reflexão desta equipa é a necessidade de "aprender a ser melhor". Fala-se em insularidade. Maria Manuel Ribeiro é testemunha, "nós aqui estamos no meio do Atlântico, precisamos de formação, de conversar e saber coisas, não só dos Açores, mas também do continente".

R.A.

Bicha técnica

Nome: GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional | **Morada:** Vinha Brava – Conceição – 9700 Angra do Heroísmo | **Telefone:** (095) 206211 / 213185 | **Fax:** (095) 206212 | **E-mail:** grater@mail.telepac.pt

Presidente da Direcção: João Pedro Cardoso – Câmara Municipal de Angra do Heroísmo | **GAL:** (sem coordenador); Paula Costa; Letícia Lourenço; Isabel Gouveia | **Municípios:** Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa | **Área:** 464 km² | **População:** 62.000 habitantes

NB: Antes do fecho desta edição do "Pessoas e Lugares", pudemos apurar que a GRATER estava sem coordenador, desde o dia 2 de Agosto. António Balula deixou a associação por motivos pessoais.

PRIMEIRA OFICINA DA MEDIDA B2

Fazer da promoção e da comercialização em meio urbano um instrumento privilegiado de apoio ao desenvolvimento rural

A Proregiões, Entidade Gestora do programa LEADER (medida B2), pretende fazer da promoção e da comercialização dos produtos em meio urbano um instrumento privilegiado de apoio ao desenvolvimento rural e à coesão económica e social. A primeira oficina organizado no âmbito deste projecto permitiu definir com os grupos LEADER e outras associações presentes um programa de trabalho comum com este objectivo.



Paula Santos

A Proregiões, empresa criada há três anos por diversas associações e cooperativas trabalhando no desenvolvimento local, das quais algumas ADL LEADER, tem por objectivo a promoção do mundo rural e dos seus produtos junto das populações urbanas. Além da promoção propriamente dita, a Proregiões pretende apoiar os produtores que mais dificuldades têm para atingir os mercados urbanos, ajudando-os a encontrar as formas adequadas de vender os seus produtos e atingir os nichos de mercado mais interessantes para eles. É o caso, por exemplo, dos produtores recém formados que lançam produtos que não têm saída a nível local, das populações excluídas que necessitam de ter acesso a mercados mais remuneradores para sair da sua situação de exclusão social (ver por exemplo o caso da Casa do Risco apresentado neste mesmo número do jornal), dos produtos que são importantes para preservar a especificidade e a identidade de um território rural, etc. Dito por outras palavras, a Proregiões pretende fazer da promoção e comercialização dos produtos em meio urbano um verdadeiro instrumento de apoio ao desenvolvimento rural e à coesão económica e social. Um tal objectivo supõe uma forte parceria com as Associações de Desenvolvimento Local que trabalham no terreno, nomeadamente as Associações LEADER.

De facto, um apoio aos produtores e produtos para atingir os mercados urbanos deverá passar, para lá da promoção propriamente dita, por um trabalho de teste de comercialização, permitindo identificar os clientes potenciais, os melhoramentos a introduzir nos produtos e na sua apresentação, etc. Este trabalho pressupõe que as Associações de Desenvolvimento Local identifiquem previamente os produtores e produtos que mais necessitam de apoio dentro da sua estratégia de desenvolvimento local, indiquem as necessidades concretas de comercialização em meio urbano e valorizem os resultados obtidos para o apoio aos produtores. Passa, portanto, por uma parceria estreita entre as ADL trabalhando no terreno em ligação directa com os produtores das suas zonas e uma estrutura como a Proregiões, que trabalha na promoção e comercialização nas zonas urbanas.

O projecto B2 do LEADER vai precisamente neste sentido. Prevê, além de uma série de acções de apoio à promoção e de testes de comercialização, a realização de oficinas de análise e debate sobre os resultados obtidos e a montagem de serviços de apoio técnico aos produtores.

Neste âmbito organizou-se um primeiro workshop no início do mês de Junho em Paialvo, Tomar, na zona de intervenção

da ADIRN. Interrogámos Elsa Pires, a gerente da Proregiões que anima a empresa no dia a dia, pedindo-lhe que nos explicasse os objectivos e os resultados desta oficina.

P e L: Quais eram os objectivos desta primeira oficina realizado em Paialvo?

Elsa Pires: Esta oficina tinha vários objectivos. Por um lado, como primeiro workshop realizado no quadro da medida B2, pretendia-se apresentar o programa a todos os grupos LEADER que estivessem interessados em participar nele. Isso implicava a discussão das necessidades dos grupos e das modalidades de apoio que a Proregiões podia dar, partindo do trabalho que já tinha sido realizado no passado. Por isso, esta oficina também tinha como objectivo fazer um balanço das acções já realizadas pela Proregiões e dos ensinamentos destas acções. Finalmente, para facilitar a troca de ideias sobre as necessidades das ADL's, os técnicos inscritos foram convidados a trazerem alguns produtos e produtores, para debater os seus problemas concretos em termos de comercialização. A presença de uma perita internacional em marketing de produtos locais, permitiu analisar cada problema e definir algumas orientações gerais em termos de marketing e estratégia de comercialização. Portanto, este seminário tinha também um objectivo de assistência técnica e formação dos técnicos presentes.

P e L: Quando falas de ensinamentos das acções do passado, a que acções te referes concretamente?

Elsa Pires: Refiro-me mais particularmente ao Barco do Mundo Rural e à Loja do Mundo Rural. O Barco do Mundo Rural, lançado no ano passado na ocasião da Expo 98 não foi só uma forma eficaz de promover os grupos LEADER e o mundo rural. Foi também uma experiência rica em ensinamentos para os grupos LEADER sobre a promoção e comercialização dos produtos, nomeadamente graças às vendas realizadas a bordo, que funcionaram como testes de comercialização, embora realizados de maneira empírica. Ora bem, nunca tínhamos tido a ocasião de apresentar estes ensinamentos de uma maneira sistematizada e esta oficina foi precisamente a ocasião de o fazer. A outra acção importante a que me refiro é a Loja do Mundo Rural, que foi lançada em Dezembro do ano passado. A oficina permitiu fazer um primeiro balanço com os grupos LEADER que participam nesta loja e analisar com eles os resultados e o que ganharam com isso, bem como discutir as necessidades para o futuro.

P e L: A Proregiões já funcionava portanto nas suas acções anteriores na base da parceria com os grupos LEADER. Como vê a evolução desta parceria no futuro?

E.P.: O barco do Mundo Rural foi uma acção que foi levada a cabo em parceria com 19 grupos LEADER. A loja do mundo rural funciona hoje em parceria com 6 grupos LEADER ou outras Associações de Desenvolvimento Local. No workshop discutiu-se o alargamento desta parceria a outras ADL. Uma outra forma de parceria mais formal é a entrada das ADL como membros da Proregiões. Até à data a Proregiões era constituída por 4 associações ou cooperativas, mas agora prepara-se a entrada de mais 3 e o nosso objectivo é de abrir a outras ADL.



Foto: Paula Santos

P e L: Que resultados se tiraram desta oficina?

E.P.: Este seminário permitiu aos grupos LEADER conhecer o que fazemos e manifestar as suas preocupações, interesses e expectativas. Deste ponto de vista, foi também muito instrutivo para nós. Por um lado, permitiu conhecer e sistematizar o que os grupos ganharam com a loja. Por exemplo, a associação Práticas dos Açores, que estava presente com algumas artesãs (a oficina tinha sido organizada logo a seguir à semana de promoção dos Açores na Loja do Mundo Rural), explicou ao vivo como o facto de ter uma loja em Lisboa é importante para eles, já que estão numa situação insular, com um mercado local limitadíssimo. Explicaram também como a loja permitiu identificar rapidamente alguns erros de apresentação, dos produtos que mais possibilidades tinham de venda e como a experiência da semana de promoção dos Açores demonstrou que o contacto directo com os artesãos é um elemento decisivo na venda. Outro exemplo é o da Modabarr, que graças à loja conseguia em poucos meses uma melhoria nítida dos seus produtos, tirando proveito das informações obtidas na loja. Muitos outros produtores ou associações testemunharam o interesse da loja para tirar ensinamentos e melhorar as suas vendas e os seus rendimentos.

A oficina também permitiu conhecer melhor as necessidades de apoio dos grupos que já aderem à loja. Por exemplo, o Pedro Saraiva e a Fátima da Tagus explicaram que tinham um problema de definição de preços a nível de uma cooperativa de mulheres que fazem linho e que precisavam de um apoio específico neste sentido.

Por outro lado, permitiu conhecer as necessidades dos grupos que ainda não aderiram à Loja do Mundo Rural, com a ideia de ajustar os serviços prestados a estas necessidades. Por exemplo o problema das embalagens foi levantado por Paulo Pereira da Atahca como um problema que trava a comercialização dos produtos agro-alimentares, manifestando interesse em ter um apoio neste sentido.

Finalmente o workshop permitiu fazer intercâmbio de experiências e definir acções comuns em alguns temas importantes. Por exemplo, no que diz respeito ao linho, verificou-se que existem várias ADL a trabalhar sobre este produto (Atahca, Tagus, Açores, etc.) e que haveria todo o interesse em organizar um intercâmbio de experiências e de saber-fazer adquirido à volta deste produto, nomeadamente sobre soluções já experimentadas e comprovadas que permitem compatibilizar a preservação das fases mais importantes da produção manual com a necessidade de viabilizar a actividade.

P e L: Nesta base que foi programado para o futuro?

E.P.: Na base das discussões na oficina há várias orientações que foram definidas para o futuro.

Por um lado, ao nível da loja, vários grupos LEADER manifestaram o seu interesse em alargar a intervenção da Loja do Mundo Rural a outros locais ou situações. Nomeadamente, vários grupos do Norte do País, como por exemplo a Ader-sousa, manifestaram o seu grande interesse para uma loja no Porto. Daí que a Proregiões prepare um projecto neste sentido. Também o Manuel Ara da Adrama manifestou interesse em fazer trocas de produtos e de informações com uma loja que a Adrama e Acaporama tencionam montar no Funchal. O Telmo Pinto, da Dólmén, também apresentou um projecto de lojas no seu território que podia ser ligado com as restantes. Esta diversificação das lojas ou organização em rede poderá permitir fazer economia de escala, nomeadamente na recolha e transporte de produtos.

Por outro lado ficaram definidas algumas linhas de acção para os apoios técnicos e orientações nas acções futuras a realizar no quadro da medida B2, além daquelas que já estão previstas, nomeadamente:

- o lançamento de um serviço técnico de apoio para definição de preços (já lançado)
- a organização de uma futura oficina sobre as embalagens e etiquetas, que tenham em linha de conta eventos particulares como o Natal, o dia dos namorados, das mulheres, etc.
- a organização de uma oficina sobre o linho, em articulação com a iniciativa que a Atahca já tem neste sentido.
- também a venda pela Internet, na qual a Proregiões está a investir neste momento, será objecto de um futuro workshop.

Alguns ensinamentos do Barco do Mundo Rural e da Loja do Mundo Rural

O Barco do Mundo Rural lançado na ocasião da Expo 98 e a Loja do Mundo Rural lançada a partir deste ano, além de serem lugares de promoção do Mundo Rural e dos seus produtos, são também instrumentos que a Proregiões utiliza para sistematizar os testes de comercialização.

O Barco do Mundo Rural tinha a vantagem de reunir pessoas durante uma viagem de três horas e portanto, criar um ambiente propício a intercâmbios de ideias e impressões sobre os produtos. Assim, houve oportunidade de explicar aos passageiros todos os produtos a bordo, de onde vinham, como eram feitos, quem os produzia, e de motivar o seu interesse. Mas, por outro lado, as pessoas raramente vinham a bordo com a intenção de comprar produtos, e não estavam em condição de levar peças importantes. Daí que foi muito mais fácil vender peças pequenas e baratas. Quanto aos clientes, eram essencialmente classes médias a nível nacional ou turistas estrangeiros. Os principais ensinamentos tirados foram os seguintes:

- os produtos alimentares venderam-se com muito mais facilidade que o artesanato, sobretudo quando havia provas e animação a bordo,
- os produtos artesanais têm que ser bem identificados em relação à região. Por exemplo, a Vincentina tinha trazido alguns artesãos estrangeiros da sua zona e os portugueses não os identificavam com o artesanato português,
- O artesanato em peças pequenas vende-se geralmente muito melhor para este tipo de clientes. Há algumas peças que tiveram muito sucesso como os moinhos do Oeste, um artesanato pequeno e acessível, bem identificado com a região,
- Em muitos casos há necessidade de fazer um esforço na melhoria da qualidade do artesanato,
- A relação preço/qualidade é determinante, e alguns grupos LEADER tiveram pouca venda, necessitando de repensar esta questão. Outros grupos que levaram artesanato bonito e barato como o caso da Esdime ou da Adrimag tiveram bastante sucesso.

A Loja do Mundo Rural permite atingir um leque de clientes muito mas diversificado. Aparecem assim na loja:

- As pessoas do bairro de Campo de Ourique que vêm comprar essencialmente produtos alimentares e também prendas. Para estes clientes, a loja tem todo o interesse em diversificar a sua oferta, daí que se pense em vender pão, frutas, etc., para criar um hábito diário de visita à loja.
- Pessoas vindas de mais longe (fora de Lisboa ou de outras zonas da capital) e que vêm, de vez em quando, visitar a Loja do Mundo Rural. Estas pessoas compram de tudo.
- Pessoas de um alto nível de vida que vêm à loja pela sua imagem de qualidade e compram algumas peças de artesanato de grande valor
- Empresas, bancos e instituições públicas que pretendem comprar grandes peças de artesanato para decoração das suas zonas de recepção.
- Restaurantes que vêm comprar tecidos de mesa ou decorativos,
- Escolas para acções educativas, forma de promoção junto as famílias,
- Casas regionais que se abastecem na loja,
- Agências de publicidade para fazer cabaz de produtos,
- Mais recentemente turistas (sobretudo após uma campanha dirigida especialmente aos hotéis e agências de viagem).

Esta diversidade dos clientes da loja é importante, não só em termos de rentabilidade do projecto, mas também para identificar os tipos de clientes mais adequados a cada tipo de produto e permitir conhecer os seus interesses e exigências tentando adaptar a oferta. Por exemplo, as necessidades de compras das empresas para grande peças de artesanato são de quantidades importantes. Daí a necessidade de aumentar o volume e a regularidade deste tipo de produto.

Os ensinamentos mais gerais da Loja do Mundo Rural são até agora principalmente os seguintes:

- A identificação dos produtos com a região de origem é muito importante,
- O contacto com os produtores tem um papel determinante na compra. A presença dos produtores na loja permite aumentar as vendas mais de dez vezes,
- Da mesma maneira as provas de produtos são decisivas nas vendas,
- As mensagens e histórias contadas sobre os produtos e sobre a loja levam à sensibilização dos clientes, que mais facilmente voltam para comprar,
- Muitas vezes basta algum melhoramento no design ou na apresentação para mudar completamente a venda de um produto.

Há ainda muitas questões por esclarecer. Por exemplo, os turistas que começaram a aparecer na loja não compram nada, e não sabemos ainda porquê.

A Loja do Mundo Rural funciona pois como um processo de descoberta e aprendizagem permanente, realizado de maneira informal no contacto com os clientes ou de maneira mais formal através de inquéritos e acções de promoção mais específicas.

Samuel Thirion

Mostra do Mundo Rural

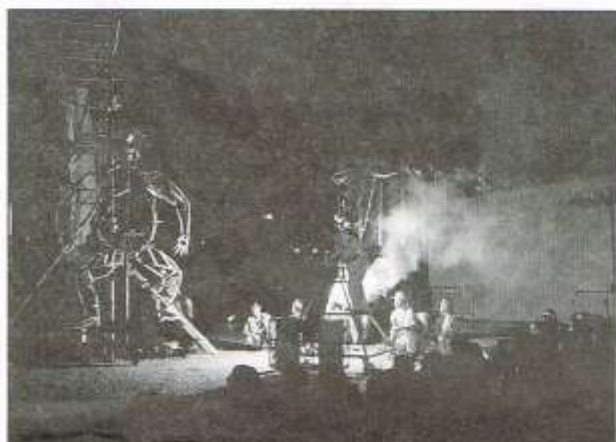


Foto: Paula Santos

Ainda a Mostra do Mundo Rural não tinha sido oficialmente inaugurada e as palavras "parabéns" e "bom trabalho" já se ouviam com alguma frequência. Os três dias de montagens, se para alguns foi suficiente, para outros exigiram um esforço suplementar e muito nervosismo. Nalguns casos, os stands só tomaram o aspecto definitivo nas horas que antecederam a abertura oficial.

Mas, à boa maneira portuguesa, à hora prevista, tudo estava preparado para receber a visita do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio. Convidado para inaugurar a Mostra do Mundo Rural, o Presidente da República não poupou elogios a todos quantos teve oportunidade de falar.

A visita de Jorge Sampaio, acompanhado, naturalmente, por Maria José Ritta, e pelo ministro da Agricultura, Capoulas dos Santos, pelo director-geral do Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas, e muitas outras individualidades, constituiu um dos momentos altos da Mostra.

O passeio guiado pelo director-geral do Desenvolvimento Rural não deixou indiferentes os visitantes que já se encontravam no pavilhão, e que não perdiam a oportunidade de saudarem o mais alto magistrado da Nação.

Enquanto Jorge Sampaio distribuía apertos de mão no pavilhão, no exterior, na Alameda dos Oceanos, desfilava o Cortejo do Mundo Rural. O desfile, aconteceu todos os dias, sensivelmente à mesma hora, e integrou, para além dos grupos folclóricos e de cantares que se deslocaram a Lisboa para a animação, "O Ciclista", uma das máquinas que fez parte da Peregrinação da Expo'98, bem como zés-pereiras, bombos e gigantones.

A música, o teatro, as danças e os cantares dos 62 grupos que passaram pelo palco durante a Mostra animaram o pavilhão e proporcionaram aos visitantes momentos de descontração e boa disposição.

Alguns expositores promoveram ainda provas dos seus produtos, para goáudio dos visitantes que assim puderam saborear os genuínos sabores do mundo rural.

As demonstrações equestres na sexta-feira e no fim-de-semana também constituíram um momento de grande beleza. No picadeiro montado entre o pavilhão 3 e o pavilhão 4 da FIL, actuaram cavaleiros do Centro Hípico de Portalegre e do Centro Equestre da Quinta dos Tojais.

Ainda no programa cultural, referência obrigatória para o espectáculo de encerramento "Au Gaiar". Muitos foram os que se dirigiram, por volta das onze da noite, para a Doca dos Olivais, para assistir a uma produção teatral cheia de cor, luz, música, fogo e muita animação. O público talvez não tenha participado tanto quanto o próprio grupo Trigo Limpo esperava ou desejava, mas mesmo assim, os comentários no fim da apresentação, não deixaram dúvidas quanto à qualidade do espectáculo.

Os muitos elogios dos visitantes da Mostra, deram a todos quantos tornaram possível esta demonstração do mundo rural português, vontade de começar já a pensar na realização de uma segunda edição no próximo ano.

O director-geral do Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas, adiantou mesmo, em jeito de balanço, que "esta Mostra poderá vir a realizar-se anualmente, cumprindo o propósito de fazer sentir aos lisboetas o pulsar do mundo rural". O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vitor Barros, também se mostrou satisfeito com a Mostra e acrescentou que esta realização "já não pode parar", e que "o desenvolvimento rural é uma das prioridades da política do Governo".

Para o ministro da Agricultura, Capoulas dos Santos, "esta iniciativa é um exemplo eloquente da vitalidade das zonas rurais e prova que o interior do país encerra potencialidades que a maioria dos cidadãos desconhece".

O director do Desenvolvimento Rural da DG VI, Laurent Van Depoele, foi outra figura ilustre que passou pela Mostra. Depois de percorrer o pavilhão 4 da FIL, Laurent Van Depoele disse que a Mostra do Mundo Rural "é uma boa ilustração do que significa viver no campo com boas condições". Disse ainda que "A agricultura é a principal fonte de desenvolvimento económico das zonas rurais, mas temos que fazer mais. A iniciativa LEADER pretende que as soluções sejam encontradas pelas pessoas que estão no terreno". Porque "elas é que sabem quais são as suas maiores dificuldades".

A Mostra do Mundo Rural foi uma iniciativa das Associações de Desenvolvimento Local com o patrocínio do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, da DGD Rural e do PPDR que decorreu de 3 a 11 de Julho, no Parque das Nações, em Lisboa. E onde, pela primeira vez, as 48 associações Leader estiveram juntas.

Se, por um lado a divulgação da iniciativa não foi a bastante, principalmente junto da comunicação social, por outro, os milhares de pessoas que visitaram a Mostra do Mundo Rural atestam o sucesso desta Mostra do Portugal rural.

Os cerca de cem expositores, entre ADL, empresas agrícolas, unidades de restauração, instituições públicas e privadas, com intervenção no desenvolvimento rural, animaram os 10 mil metros quadrados do pavilhão 4 da Feira Internacional de Lisboa com exposições, artesanato ao vivo, degustações e venda de produtos, provando que o mundo rural está em mudança mas sem esquecer a sua identidade e valores.

Paula Santos



Foto: Paula Santos

A Mostra do Mundo rural em números

Duração: 3 a 11 de Julho
9 dias

71 horas de exposição

Número de visitantes: ~170 000

Área ocupada por:

- exposições: 387 m²
- expositores institucionais: 495 m²
- Associações de Desenvolvimento Local: 3717 m²
- outras organizações: 117 m²
- tasquinhas: 648 m²
- palco: 70 m²
- camarins: 162 m²
- logradouro: ~ 380 m²
- picadeiro: 450 m²
- box's (alojamento para cavalos): 108 m²

Número de expositores presentes:

- institucionais: 7
- outros: 9
- tasquinhas: 7
- ADL's (LEADER + Centro Rural): 48
- ADL's (só Centro Rural): 12

Animação:

- Número de grupos de animação presentes: 62
- ~ 40 horas de animação no palco
- ~ 12 horas de animação de exterior
- ~ 3h 30' de animação equestre

Meios humanos disponibilizados pela organização:

- secretariado: 6 pessoas
- coordenação da animação: 3 pessoas
- pessoal auxiliar: 5 pessoas
- acessoria de imprensa: 5 pessoas

Produtos locais:

- produtos locais certificados presentes: ~ 88
- sessões de provas de produtos locais para o público em geral: 29
- sessões de provas para público especializado: 9



Foto: In Loco

A Feira da Serra

Em 1992 o LEADER I possibilita que a Associação IN LOCO promova a 1ª Feira da Serra, em Loulé, no mês de Novembro, acontecimento que reuniu dezenas de artesãos e produtores agro-alimentares. Esta viria a ser a maior "Mostra de Produtos e Artesanato" do Algarve, com especial relevância para a zona de intervenção do Projecto LEADER/ARRISCA.

Iniciativa integrada no eixo de Valorização e Comercialização dos Produtos Locais, esta feira permitiu um acréscimo de rendimento das populações rurais residentes nas 27 freguesias da zona de intervenção, um aumento da auto-estima, a valorização dos legados tradicionais e suscitar o interesse em melhorar a imagem dos produtos, em inovar, em conservar o genuíno e em recuperar os valores culturais da região.

Participam nesta Mostra a maioria dos artesãos da Serra, quer enquanto empresas, quer enquanto artesãos e produtores que pela 1ª vez venderam junto do público citadino os seus artigos, os seus produtos – escolhas ditadas pela necessidade de objectos e utensílios pensados e criados antes do advento do plástico; brinquedos de madeira, bonecas de juta, cestaria, trapologia, empreita, tecelagem, cerâmica, trabalhos em madeira, em couro, em ferro, em lata e outros cuja matéria prima se encontra ali há mão ou que vem de sítios perto com nomes familiares... Depois é o mel e a água mel, o pão, a doçaria fina ou os bolos de faca, as aguardentes de medronho, de figo ou de alfarroba, os licores de poejo ou de hortelã da ribeira, os enchidos, os queijos de cabra, os produtos de agricultura biológica, os chás e ervas aromáticas ou os frutos secos algarvios.

Depois do êxito da 4ª feira, seguiu-se em 1993, a Feira da Serra de Primavera -Silves, a Feira da Serra de Verão - S. Brás de Alportel e a Feira da Serra de Inverno - Loulé; em 1994 a Feira da Serra de Verão e a de Inverno - Silves. 1995 afigurava-se como um ano complicado sem fundos do Leader e aí a Câmara de S. Brás de Alportel arriscou e assumiu a organização da feira com a colaboração técnica da In LOCO. Esta feira passou a ter lugar no último fim de semana do mês de Julho e 1996 "produziu" além da Feira da Serra de Verão, a Feira da Serra de Inverno - Loulé. Em 1997 realizámos a Feira da Serra de Verão e a Feira da Serra de Inverno já com a Câmara de Loulé a assumir a responsabilidade. Em 1998, houve Feira da Serra de Verão e Feira da Serra de Inverno e 1999 vê nascer uma Feira da Serra de Primavera, completamente encomendada e assumida financeiramente pela Câmara de Tavira. A décima quinta realização da Feira da Serra, vê nascer uma Feira da Serra de Verão, desta vez com um novo figurino e num outro espaço. A Feira da Serra de Inverno, em Loulé, também já figura no calendário das Feiras e tem data marcada para o 1º fim de semana de Dezembro.

As feiras trouxeram não só um reconhecimento do genuíno, dos sabores da avó, dos saberes tradicionais, mas conseguiram interessar as populações residentes na serra e fazê-las procurar os cheiros e gostos da sua infância, reproduzi-los em produtos de qualidade e ainda criar e experimentar novos produtos à base dos recursos locais... As feiras são um mundo de testagem, de controle, de levantamento de interesses e ideias... e acima de tudo um tempo-espaço em que o artesão, o produtor, o empresário convivem e se enriquecem, possibilitando a quem vem de fora um outro conhecimento das realidades rurais.

De realçar esta última realização da Feira da Serra de Verão, que atingiu um número de visitantes que rondou os vinte mil, e que envolveu um número considerável de pessoas. Para vedar o recinto foi construída - com a participação das Escolas e Associações da região algarvia - uma cerca de painéis em pano cru, cheia de cores e motivos. O resultado-excedeu todas as expectativas e apresentaram-se a concurso verdadeiras obras de arte feitas pelos vários alunos divididos em 4 escalões etários. Além deste "À Cerca da Feira", também os animais tiveram um lugar de destaque no cenário da feira. Os burros, os patos, as galinhas, os coelhos, as cabras, as ovelhas, os porcos, as vacas e ainda os cães e os gatos vieram até à feira mostrar-se e mostrar mais um pouco do que é o verdadeiro mundo rural onde os artesãos e produtores vivem e sobrevivem; um picadeiro onde o público apreciou a destreza e elegância de cavalos e cavaleiros; convidados de várias zonas do Algarve, de Viana do Alentejo e da Cova da Beira; animação com jogos tradicionais e populares, demonstrações acrobáticas e marciais, desportos radicais, espectáculos mais populares e etnográficos ou mais multiculturais e urbanos... As crianças tiveram um espaço dedicado a temáticas dos quatro elementos e outras surpresas como os fantoches ou as marionetes; Uma aposta multifacetada em que a Mostra de artesanato e produtos agro-alimentares continua a ser rainha do espaço e das escolhas e a dama de honra é a zona de animação gastronómica.

Sem dúvida o maior acontecimento promocional da Serra do Caldeirão, seus recursos, cultura e gentes. A não perder!

Texto remetido pela Associação In LOCO



Foto: Francisco Botelho

Comissão Nacional de Acompanhamento nos Açores

A sexta Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa LEADER II decorreu nos Açores, entre 4 e 10 de Julho.

Coincidindo com a realização em Lisboa da Mostra do Mundo Rural, esta Comissão de Acompanhamento implicou um especial empenhamento e dedicação por parte dos Grupos LEADER, que tiveram de assegurar, em simultâneo, dois acontecimentos de especial significado para a execução do Programa. Especial referência merecem os Grupos dos Açores, anfitriões desta Comissão de Acompanhamento, que souberam montar toda uma logística eficaz e motivadora. Não é fácil integrar, conduzir e apoiar cerca de 150 pessoas ao longo de uma semana, com os problemas acrescidos que advêm da insularidade. Mas, no final, os elogios foram unânimes à competência, eficácia e simpatia com que os Açores receberam os elementos do LEADER.

A deslocação da maior parte dos participantes efectuou-se no dia 4, logo após a abertura solene da Mostra do Mundo Rural, rumo à Ilha de S. Miguel, que foi visitada no dia seguinte. Na terça e quarta-feira os participantes deslocaram-se à Ilha da Terceira, visitando projectos LEADER. Da Terceira ao Pico, a viagem foi feita à noite, de barco, uma pequena (grande) odisseia para marujos de água-doce.

Na Sexta-feira, na Horta, teve lugar a sessão de trabalho da 6ª Comissão de Acompanhamento, na Sociedade Amor da Pátria, um magnífico edifício que em tempos foi Loja Maçónica. Presidida pelo Director-Geral do Desenvolvimento Rural e contando com a presença do Presidente da Câmara do Faial, do Director-Regional de Agricultura dos Açores e representantes do Governo Regional, a reunião juntou à volta da mesa as 48 equipas LEADER, os grupos que integram a Medida 8 do Programa, a Comissão Europeia e alguns convidados, designadamente a Célula de Animação, pela primeira vez presente numa reunião destas.

Depois de abertos os trabalhos com intervenções do Presidente da Câmara da Horta e do Director-Geral do Desenvolvimento Rural, passou-se à Ordem de Trabalhos, dando-se início a um ponto de informações. A Comissão Europeia fez um ponto de situação sobre a definição do LEADER +, revelando que a Comunicação aos Estados Membros da nova iniciativa comunitária deverá ser apresentada no mês de Outubro. Para além disso foi dado conhecimento que a Comissão decidiu um controle do Tribunal de Contas aos Programas LEADER dos países do sul da Europa, controle esse que será iniciado por Portugal.

Por parte da Direcção Geral do Desenvolvimento Rural foi apresentada a posição estratégica do Governo português relativamente ao novo LEADER, designadamente manter o mesmo número de grupos a intervir no terreno, manter ou aumentar, se possível, o nível de financiamento e definir em cada Comissão Local de Acompanhamento regional o plano enquadrador regional do LEADER +, ponto de partida para a definição do Plano de enquadramento nacional, que se pretende remeter à Comissão Europeia na Primavera de 2000.

Foi aprovado por unanimidade o Relatório de execução anual de 1998, bem como a reprogramação do Plano Financeiro Nacional, mandatando-se a Comissão Nacional de Gestão para a aprovação das reformulações dos Planos de Acção Local dos Grupos LEADER.

Ao fazer o ponto de situação sobre a execução do Programa LEADER II, constatou-se a situação relativamente tranquila dos grupos portugueses neste sector, definindo-se como orientação nacional atingir os 95% de aplicação do Programa a 31 de Outubro.

A equipe a quem foi adjudicada a Avaliação do Programa LEADER em Portugal teve oportunidade de apresentar alguns dos indicadores e conclusões provisórias a que chegou.

Finalmente, foi decidido que a próxima Comissão de Acompanhamento, a realizar em finais de Novembro, tivesse lugar no Algarve, em substituição da Beira Interior que se encarregará da primeira reunião de 2000, a realizar na Primavera.

Um mundo de pequenos projectos

Ao longo de toda a semana, os Grupos LEADER dos Açores tiveram oportunidade de mostrar algumas das suas intervenções mais significativas. Foram 24 os projectos visitados em S. Miguel, Terceira, Pico e Faial. Um número significativo de acções de animação, desde as bibliotecas infantis às estruturas de animação turística, passando pelos circuitos turísticos, acções ligadas ao património, com recuperações patrimoniais e museus, ao artesanato e ao alojamento e restauração. Investimentos que foram dos 900 aos 20.000 contos, numa média geral de comparticipação de 3000 contos. E em todos, foi notório o envolvimento e participação das comunidades locais, capazes de construir a partir de pequenos incentivos uma dinâmica própria de desenvolvimento.

Foi bom ir aos Açores e ver o trabalho empenhado de directores, técnicos e população.

Francisco Botelho

O LEADER NA IRLANDA

Da mesma maneira que publicámos no número 0 do jornal uma informação sobre os programas LEADER e PRODER em Espanha, enviada por Javier Urbiola da Unidade Espanhola do Observatório Europeu LEADER (equivalente da Célula de Animação Nacional), publicamos aqui uma informação sobre o LEADER na Irlanda enviada por Mary Sweetmann da Célula de Animação LEADER irlandesa, que adaptámos por condicionalismos de espaço. Como podemos verificar, a Irlanda tem bastantes pontos em comum com Portugal. Também é reconhecida como um dos países da União Europeia onde o LEADER foi aplicado com maior integridade, qualidade e sucesso.

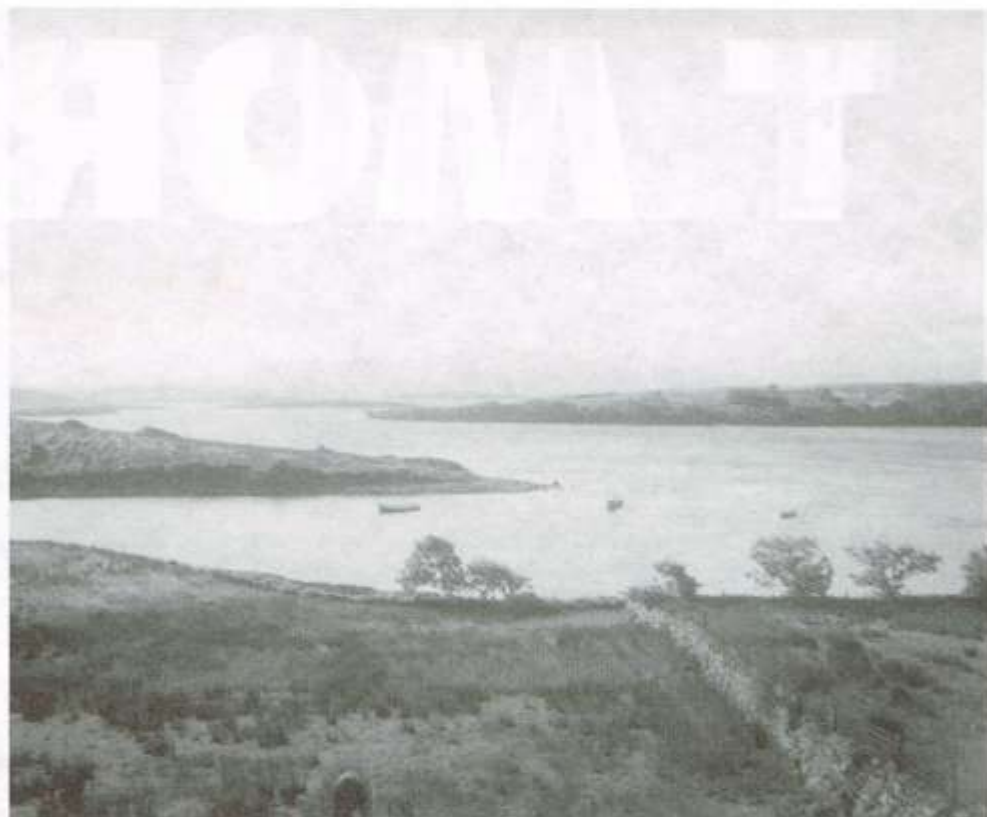


Foto: Tiago Oliveira

A situação das zonas rurais na Irlanda

A República de Irlanda, situada na periferia oeste da Europa caracteriza-se por várias cadeias montanhosas a oeste e um planalto central na fronteira, a sudoeste. O país foi profundamente marcado pela emigração no passado (perdeu 3 milhões de habitantes entre 1860 e 1960, dos quais uma grande parte para os EUA), o que explica também que tenha hoje uma população bastante escassa (5,2 milhões de habitantes para 70282 km², dos quais cerca de 1 milhão vivem em Dublin e uma parte significativa concentrada na costa Oeste do país).

Historicamente a Irlanda tem uma economia baseada na agricultura e, sobretudo, na pecuária. Assim, 90% da terra utilizável são pastos para gado - cabras e ovelhas. Daí que os sectores da carne e do leite são particularmente importantes. A produção de porcos em larga escala também é muito eficiente, enquanto a criação de cavalos goza de uma reputação internacional. A partir dos anos 60, a agricultura foi modernizada e a produtividade aumentou rapidamente, sobretudo depois da entrada na UE e até à introdução de restrições na década de 80. A florestação, uma alternativa ao cultivo, aumentou desde então. Como em todos os países da Europa, a relativa importância do sector agrícola está em declínio, representa 10,6% do emprego, levando a um agravamento do êxodo rural e dos desequilíbrios demográficos.

Como Portugal, a Irlanda está, até final de 1999, inteiramente abrangida pelo "Objectivo 1" no quadro dos fundos estruturais (índice PIB per capita, inferior a 75% da média da União Europeia). No entanto, o crescimento do PIB na Irlanda, que variou entre 3% e 7% por ano na última década, tem sido um dos mais altos da União Europeia. Assim, desde a sua integração na EU em 1973, o PIB cresceu de 61,8% da média europeia para um valor próximo da média europeia.

Contudo o progresso económico ainda não chegou a algumas zonas rurais e agudizaram-se alguns problemas de desenvolvimento, especialmente nas áreas mais afastadas. Nomeadamente, o declínio da importância da agricultura resultou da necessidade de respostas alternativas nas áreas rurais que ainda estão a perder população. Isso torna-se tanto mais complicado quanto o facto de a emigração dos jovens das zonas rurais da Irlanda ter deixado uma boa parte da população envelhecida ocupada com tarefas tradicionais. O enorme crescimento dos centros urbanos em termos de ocupações e oferta de serviços foi reforçado com a localização dos centros de decisão (públicos e privados) nas áreas urbanas. O continuado declínio nas ocupações agrícolas também contribuiu para a deteriorização da qualidade dos recursos rurais.

No entanto, as zonas rurais dispõem de alguns trunfos: a Irlanda tem uma imagem verde e natural e é relativamente des congestionada e despoluída, com uma experiência tardia da industrialização e um domínio da moderna tecnologia. A alta qualidade dos seus recursos naturais é muito importante para manter uma boa qualidade da alimentação e para prover boas

condições de vida para a população local e para os visitantes. Culturalmente, é muito rica, com muitos locais de interesse histórico. Existe um forte sentimento de identidade a nível das comunidades locais e das micro-regiões ("counties").

O Programa LEADER

O LEADER I operou com sucesso com 16 grupos LEADER entre 1992 até ao final de 1994. No LEADER II passou a 34 grupos, aos quais se acrescentaram três projectos colectivos (medida B2). O LEADER II cobre a totalidade do território nacional fora dos limites dos cinco maiores centros urbanos: Dublin, Cork, Limerick, Galway e Waterford. A média de habitantes nas áreas abrangidas pelos GAL ronda os 65.000.

Os GAL são entidades legais independentes que implementam o seu plano de acção sob os termos de um contrato formal com a autoridade nacional. Os seus quadros têm uma estrutura tripartida e comprometem representantes voluntários da comunidade, agências estatais e o sector comercial privado.

Como parte do Plano de Acção Local, cada um dos grupos é obrigado a implementar um programa de animação da capacidade de empreendimento na sua área, para promover, apoiar e facilitar o processo de desenvolvimento rural, sobretudo ao nível da comunidade.

Existe uma grande tradição de desenvolvimento comunitário na Irlanda, que se reflecte na forma de condução do LEADER e nos PAL. O partenariado também tem uma grande importância. Aliás, paralelamente ao programa LEADER, a Irlanda lançou, na altura do LEADER I, um programa nacional similar orientado para a luta contra a pobreza e a exclusão social. Este programa, chamado LDP (Local Development Program) baseia-se também na constituição de parcerias locais. Ao contrário do LEADER cobre todas as zonas, incluindo as zonas urbanas. Em muitos casos, nas zonas rurais, as parcerias do LEADER e deste programa são as mesmas, o que permite uma integração entre os dois programas, alargando a abordagem territorial a aspectos sociais.

O sucesso do LEADER na Irlanda deve-se também a um enorme esforço de mobilização e voluntariado das pessoas das zonas rurais. Os actores locais apreenderam o conceito de LEADER e acordaram num espírito de entreaajuda e identificação com a Irlanda rural. Isto é evidenciado pelo grande leque de projectos ímpares. A filosofia ascendente e os princípios condutores nos quais o programa é baseado estão perfeitamente adequados para continuar a longa tradição do voluntariado, comunidade e actividade cooperativa nas zonas rurais.

Assim, com a ajuda dos LEADER, as comunidades locais têm sido capazes de identificar as suas próprias necessidades, recebendo formação específica para montar estratégias de desenvolvimento e implementando estas estratégias para benefício próprio. A acessibilidade do programa a nível local tem sido um importante factor no sucesso dos grupos LEA-

DER. Os grupos de acção local LEADER II da Irlanda têm óptimos níveis de contacto com grupos da comunidade nas áreas de animação e formação, e estimulam actividade nas diversas áreas. O LEADER tem sido muito bem aceite na Irlanda e é estimado que mais de 30.000 pessoas estão activamente envolvidas no Programa LEADER II.

Em termos económicos, o LEADER II obteve um considerável sucesso. Entre o dia 1 de Janeiro de 1995 e 31 de Dezembro de 1998, foram criados 1.790 empregos a tempo inteiro (por ano); e 628 empregos sazonais. Foram também criados, 1.538 empregos a meio tempo, quase metade dos empregos criados por ano. O número de empregos mantidos através do LEADER é idêntico ao número criado. No que diz respeito ao turismo, o LEADER II já apoiou a criação de 1.305 camas. Para além destes aspectos económicos, o LEADER teve um impacto tremendo através do apoio a iniciativas sociais, económicas e culturais dispersas pelo País. Entre 1995 e 1998, 400 organizações comunitárias, 1.114 novos negócios e 527 organizações comerciais foram estabelecidas com o apoio do LEADER.

Organização em rede

Desde o LEADER I, os grupos LEADER da Irlanda estão organizados numa associação nacional (Comhar LEADER na hÉireann) que funciona como corpo representativo junto ao Ministério da Agricultura e realiza diversas tarefas de animação em rede. Em 1996 quando se lançou o concurso para a animação nacional, esta associação perdeu o concurso e a responsabilidade da Célula de Animação Nacional foi atribuída a uma empresa privada, Linn Service. Apesar das dificuldades de relacionamento durante os primeiros meses, existe hoje uma boa colaboração entre a rede e a Célula. Entre as actividades da Célula de Animação Nacional constam seminários, newsletters e um site interactivo, <http://www.LEADERii.ie>. Quanto à associação dos LEADER, ela continua a representar os interesses dos grupos de acção local e exerce também influência na formulação da política de desenvolvimento actual e futura, ambas a nível interno e europeu. Está também envolvida no desenvolvimento de software, LEADERman, para uso dos grupos LEADER, e na gestão e administração do programa LEADER a nível local.

Contactos:

Rural Development Division, Department of Agriculture and Food, Agriculture House, Kildare St., Dublin 2, Ireland, Tel. +353-1-6072674, Fax. +353-1-6764555.

Comhar LEADER na hÉireann, Chairman: Mr. Antoine O Sé, Meitheal Forbatha na Gaeltachta Teo., Baile na Fheirtearaigh, Trá Lí, Co. Chiarraí, Ireland, Tel. +353-66-9156400, Fax. +353-66-9156199.

LINN Service, Manager: Ms. Mary Sweetman, LINN Service, Molyneux House, Bride St., Dublin 8, Ireland, Tel. +353-1-4753299, Fax. +353-1-4752044, E-Mail: info@LEADERii.ie Website: <http://www.LEADERii.ie>

TIMOR

Associações de Desenvolvimento Local protagonizam movimento de solidariedade com Timor

As Associações de Desenvolvimento Local que em Portugal implementam o Programa LEADER lançaram na segunda semana de Setembro uma ampla campanha de sensibilização para a questão de Timor. Partilhando a onda de indignação que percorreu o País face às atrocidades cometidas em Timor na sequência da consulta popular promovida pelas Nações Unidas, as 48 associações LEADER lançaram, no curto período de 48 horas, uma ampla recolha de assinaturas sobre um Manifesto designado por "O Mundo Rural solidário com Timor". Entretanto, em redor deste movimento foram-se agregando outras entidades, designadamente associações de agricultores e cooperativas, bem como numerosas personalidades ligadas ao Mundo Rural, nas áreas empresarial, associativa, universitária e da administração local e central.

As assinaturas recolhidas foram entregues na Missão das Nações Unidas em Lisboa e na Embaixada dos Estados Unidos da América, reivindicando uma imediata intervenção em Timor mas, também, apresentando a disponibilidade do movimento para integrar a ajuda humanitária necessária e para participar na construção do novo país de Timor Lorosae.

As associações LEADER procuraram também sensibilizar os seus parceiros europeus para a causa de Timor Leste, pedindo-lhes para divulgarem intensamente o manifesto e para declararem expressamente a sua adesão.

Garantida a intervenção de uma força das Nações Unidas em Timor, como garante da implementação da paz no território, segue-se um período em que a intervenção humanitária é absolutamente indispensável. Mas, mais do que isso, é um País que terá de se construir a partir do zero. A metodologia do Programa LEADER poderá ser extremamente útil para a criação de um programa de desenvolvimento rural em Timor e as ADL portuguesas declararam já toda a sua disponibilidade para apoiarem o esforço dos timorenses nesta nova fase da sua vida.

O MUNDO RURAL SOLIDÁRIO COM TIMOR

Timor tem, nos últimos tempos, absorvido a atenção, o sentimento e a consciência de todo o povo português. Para lá do movimento generalizado em toda a comunidade internacional, Portugal e os países de língua portuguesa sentem, de uma forma muito especial, a luta e o sofrimento do povo timorense.

E esse sentimento de união e de solidariedade é perfeitamente justificado. Portugal e Timor têm mais de quatro séculos de vida em comum e a identidade do povo timorense foi construída, ao longo destes séculos, também em língua portuguesa. As vitórias e as derrotas do povo de Timor são, por isso, também vitórias e derrotas do povo português.

Mas se a história nos traz indissolúvelmente ligados a Timor, os acontecimentos dos últimos dias trouxeram-nos novos elos de união. O povo de Timor deu ao mundo e a todos nós, portugueses, uma inequívoca lição de democracia e de querer. Ao votar maciçamente o seu destino, ao afirmar con-

tra todas as coacções o seu querer, o povo de Timor mostrou a todos a força da afirmação democrática dos povos. Todos lhes ficamos a dever o testemunho de fé na capacidade dos povos de moldarem o seu destino. Esse exemplo, essa fé, essa esperança, é um contributo único do povo de Timor para todo o mundo.

Mas o povo de Timor está a atravessar um dos momentos mais difíceis da sua existência. Logo após a afirmação da sua vontade foi submetido a todo o tipo de violências e perseguido impunemente, perante a incredulidade e a incapacidade da comunidade internacional de fazer valer o direito e a vontade de um povo a definir o seu destino.

Assistimos, indignados, ao espezinhar, até agora impune, dos mais elementares direitos humanos, individuais e colectivos. Queremos contribuir com a modéstia da nossa voz para gritar bem alto aos senhores do mundo: BASTA!

O mundo rural é um mundo marcado pela solidariedade, pela proximidade e pelo sentimento de família. O mundo rural português, aqui representado pelas Associações de

Desenvolvimento Local que, nos seus territórios, trabalham pela melhoria das condições de vida das populações, não pode, neste momento, deixar de afirmar a sua total solidariedade com o povo de Timor Lorosae, que se consubstancia em três pontos essenciais:

- Partilhar o sofrimento do povo de Timor Lorosae, como sofrimento de irmãos, amigos e vizinhos que somos;
- Exigir, com toda a força e energia, que a comunidade internacional através dos seus instrumentos políticos, designadamente a ONU, cumpra a sua obrigação de assegurar ao povo de Timor Lorosae a possibilidade de construir o seu destino;
- Disponibilizar, desde já, toda a solidariedade e apoio ao povo de Timor Lorosae na construção do seu novo Estado. Porque depois do sofrimento, um dia há-de vir em que os timorenses poderão construir um país à medida da sua grandeza de alma e da sua coragem. E nós, para afirmarmos a nossa dignidade, não poderemos deixar de estar sempre, e incondicionalmente, ao lado do povo de Timor Lorosae.

Ficha Técnica

Lugares e Pessoas

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER II

Propriedade:

INDE - Intercoperação e Desenvolvimento, CRL

Administração e Redacção:

INDE/Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II
Rua Marquesa de Alorna, nº 34 - 2º
1700 LISBOA
Tel. 01.8446595 | Fax.01.8446623 |
Email. inde@inde.pt

Mensário

Director: Samuel Thirion

Editor: Camilo Mortágua

Chefe de Redacção:

Francisco Botelho

Editor Gráfico: Ana Alvim / Isto É

Redacção: Paula Satons;
Rosário Aranha

Foto da Capa:

Ponte de Lima | Paula Santos

Colaboram neste número: Elsa Pires; Helder Santiago; Luís Chaves; Mary Sweetman.

Impressão: Tipografia Silvas, CRL
Rua D. Pedro V, 122 - 1º E
1250-094 LISBOA

Depósito Legal nº 142 507/99

SOMOS TODOS TIMORENSES !

É isto que o Povo Português está a querer dizer ao Mundo. Talvez seja também verdade que, o morrer é mais apelativo de solidariedade que o nascer. Esperamos que, desta vez, sejamos colectivamente capazes de exorcizar os fantasmas que perseguem a nossa consciência colectiva, demonstrando - por palavras, comportamentos e actos - que participaremos do nascimento do novo TIMOR LOROSAE, sentindo-nos TIMORENSES.

A INDE, Cooperativa fundada para desenvolver a Inter-cooperação e o Desenvolvimento dos Povos, não é, não quer, nem

pode ser, apenas uma estrutura de dinamização da solidariedade dos outros.

Todos quantos trabalhamos nos diferentes projectos geridos, animados e desenvolvidos pela INDE, em Portugal e no estrangeiro, incluindo este da Célula de Animação da Rede Portuguesa LEADER II, todos eles ligados, de uma forma ou de outra, à luta por melhores condições de vida para as PESSOAS nos seus LUGARES, por «pequenos e pobres» que pareçam aos olhos dos grandes e fortes deste Mundo - Desejamos reafirmar aqui a nossa não neutralidade em relação a todas as causas que tenham a ver com o

desrespeito dos DIREITOS HUMANOS.

A LIBERDADE de que desfrutamos na nossa intervenção é, certamente, um privilégio! Mas é, também, uma responsabilidade!

Apreciamos e damos tal valor a este privilégio, que, numa ocasião como a que estamos a viver, em que a LIBERDADE para gritar a nossa revolta e praticar a SOLIDARIEDADE se revela uma arma fundamental contra a barbárie, não podíamos, aqui, deixar de o referir e reafirmar.



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

